

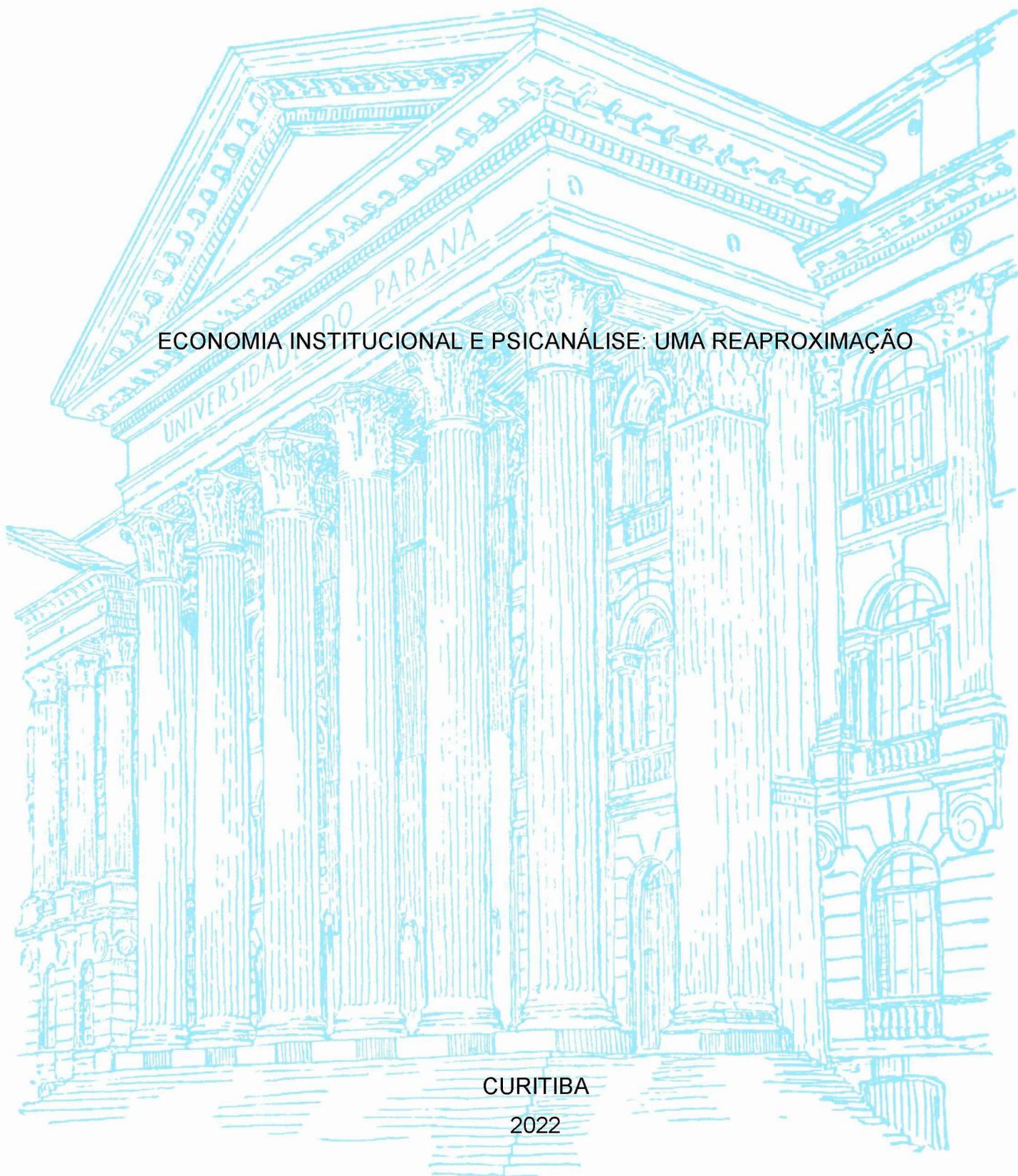
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

GABRIEL DA SILVA GULES

ECONOMIA INSTITUCIONAL E PSICANÁLISE: UMA REAPROXIMAÇÃO

CURITIBA

2022



GABRIEL DA SILVA GULES

ECONOMIA INSTITUCIONAL E PSICANÁLISE: UMA REAPROXIMAÇÃO

Monografia apresentada ao curso de Ciências Econômicas, Setor de Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Huascar Fialho Pessali

CURITIBA

2022

AGRADECIMENTOS

Este trabalho surgiu como uma forma de me encontrar na economia. Depois de muito pensar em desistir e de querer mudar de curso, posso dizer que encontrei um novo universo através da economia institucional. Portanto, sou grato a Deus, por ter guiado no caminho até aqui. Sem confiar em sua bondade, independente do momento, não estaria aqui. Também sou grato à minha família, que me sustentou e apoiou em todo momento. Sou grato à minha namorada **Nicolle**, que escutou, incentivou e apoiou, estando ao meu lado nos momentos difíceis e também compartilhando as vitórias. Agradeço aos meus dois maiores amigos que obtive nessa graduação, Matheus, cuja monografia ousada inspirou este trabalho; e Edson, que foi um grande mentor nos primeiros dois anos de curso. Também agradeço ao professor Huáscar Fialho Pessali, que orientou este trabalho, guiando nas leituras institucionais, sempre me incentivando a produzir e estimulando o desenvolvimento de autonomia; e ao professor José Felipe Araújo de Almeida, que também aconselhou e ofereceu bibliografias de difícil acesso para a realização deste trabalho.

Com isso, um ciclo se encerra. À todos os professores, amigos e colegas, um muito obrigado.

— [...] Afinal, na realidade, ora essa, caso descubram, não sei onde, a fórmula de todas as nossas vontades e caprichos, ou seja, do que elas dependem, por efeito de quais leis precisamente elas ocorrem, como se difundem, em que direção tendem a se mover em tal e tal caso etc. etc., ou seja, uma fórmula matemática verdadeira - aí então, afinal, o ser humano, quem sabe, na mesma hora, vai parar de querer e, mais ainda, quem sabe, é certo que ele vai, pura e simplesmente, parar.

— [...] Pois bem, e quando tudo isso for explicado, quantificado num papelzinho (o que é muito possível, pois é medonho e sem sentido acreditar, de antemão, que existam certas leis da natureza que o ser humano não vai descobrir), aí então, está claro, não existirão mais os chamados desejos.”
(Dostoiévski, 2020, p.53-54)

RESUMO

Embarcando nas possibilidades interdisciplinares proporcionadas pela Antiga Economia Institucional, visamos aqui realizar interações e possíveis integrações entre a psicanálise de Freud e o institucionalismo de autores como Hodgson, Lionel Edie, Searle e Veblen — este último recebendo especial atenção. Essa proposta é realizada primariamente lançando as bases de ambas as disciplinas e tecendo comentários sobre as principais semelhanças e diferenças, ressaltando as conclusões que a psicanálise pode oferecer para aumentar o grau de coerência do institucionalismo. Do lado institucional, passamos pelas definições de instituições, hábitos, regras e o papel dos instintos na história do institucionalismo. Já do lado da psicanálise, abordamos os instintos em Freud, comparando-os com os instintos em Veblen, tal como o papel da repressão em Freud e Edie. Também apresentamos a estrutura psíquica em Freud, composta pelo Eu, Super-eu e Id e exploramos brevemente suas implicações para a economia institucional. Além dos fundamentos teóricos, nos atemos a dois escritos freudianos de cunho sociológico: A psicologia das massas e análise do Eu e Totem e tabu, sobre a formação de grupos e a instituição do totem, ambos sendo relacionados com a economia institucional. Em seguida, apresentamos uma possível metodologia para integração das teorias através da conexão, congruência e interação entre o nível institucional e o nível psicológico individual. Por fim, intentamos trazer um exemplo contemporâneo de como a psicanálise pode contribuir para a compreensão das motivações de consumo. Em nossas considerações finais, concluímos que a psicanálise pode oferecer maior coerência para o institucionalismo de forma consistente e que há espaço para mais pesquisas: principalmente estendendo para os neofreudianos e Lacan, assim como a importância da linguagem no inconsciente e suas implicações institucionais.

Palavras-chave: Instintos. Institucionalismo. Instituições. Psicanálise.

ABSTRACT

Embarking on the interdisciplinary possibilities provided by Old Institutional Economics, we aim here to carry out interactions and possible integrations between Freud's psychoanalysis and the institutionalism of authors such as Hodgson, Lionel Edie, Searle and Veblen — the latter receiving special attention. This proposal is made primarily by laying the foundations of both disciplines and commenting on the main similarities and differences, highlighting the conclusions that psychoanalysis can offer to increase the degree of coherence of institutionalism. On the institutional side, we go through the definitions of institutions, habits, rules and the role of instincts in the history of institutionalism. On the side of psychoanalysis, we approach the instincts in Freud, comparing them with the instincts in Veblen, such as the role of repression in Freud and Edie. We also present Freud's psychic structure, composed of the Ego, Super-ego and Id, and briefly explore its implications for institutional economics. In addition to the theoretical foundations, we focus on two Freudian writings of a sociological nature: The psychology of the masses and the analysis of the Self and Totem and Taboo, on the formation of groups and the institution of the totem, both being related to institutional economics. Then, we present a possible methodology for the integration of theories through the connection, congruence and interaction between the institutional level and the individual psychological level. Finally, we intend to bring a contemporary example of how psychoanalysis can contribute to the understanding of consumption motivations. In our final considerations, we conclude that psychoanalysis can consistently offer greater coherence to institutionalism and that there is room for further research: mainly extending to Neo-Freudians and Lacan, as well as the importance of language in the unconscious and its institutional implications.

Keywords: Instincts. Institutionalism. Institutions. Psychoanalysis.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA PSIQUE	38
--	----

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	INSTITUIÇÕES, REGRAS E HÁBITOS.....	20
2.1	AS DEFINIÇÕES DE INSTITUIÇÕES	20
2.2	REGRAS	22
2.3	HÁBITOS.....	24
2.4	O LUGAR DOS INSTINTOS NA ECONOMIA INSTITUCIONAL	26
3	FREUD PARA ECONOMISTAS.....	288
3.1	O CONSCIENTE E O INCONSCIENTE	28
3.2	INSTINTOS	30
3.3	EU, SUPER-EU E ID	36
3.4	CONCLUSÃO	38
4	PSICANÁLISE E ECONOMIA INSTITUCIONAL.....	39
4.1	A CLASSE OCIOSA E A PSICOLOGIA DAS MASSAS	39
4.2	UM FREUD INSTITUCIONAL: TOTEM E TABU	40
4.3	UMA POSSÍVEL CONCILIAÇÃO INSTITUCIONAL-PSICANALÍTICA	49
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
	REFERÊNCIAS.....	59

1 INTRODUÇÃO

A economia ainda possui uma interdisciplinaridade bastante seletiva. Deixando suas origens discursivas, ela passou a adotar cada vez mais os princípios de campos paradigmáticos como a física (Foucarde, Ollion & Algan, 2015). A física é uma disciplina que exerceu fortíssima influência sobre a economia comumente referida como *mainstream*. A matemática de energética do século XIX é quase que integralmente apropriada a ela (Mirowski, 1984). Posteriormente, na maior parte do período pós Segunda Guerra Mundial, as principais formas de estabelecer a pureza científica na economia era utilizando métodos matemáticos e estatísticos (Foucarde, Ollion & Algan, 2015). Segundo eles, os economistas atuais veem os altos custos de entrada e a busca por capturar processos sociais complexos através de equações ou causalidades como evidência de um comprometimento científico superior, afastando-se das outras disciplinas sociais que recorrem à discursividade. Ainda, mesmo com a tendência nas últimas décadas de pesquisas em microeconomia aplicada e a escolha de tópicos de pesquisa associados a outras disciplinas, não houve uma expansão significativa da interdisciplinaridade¹.

Como consequência, temos um fenômeno chamado de insularidade. Um isolamento da ciência econômica em relação às outras ciências sociais. Podemos citar como causas dessa insularidade que as premissas básicas da economia são incompatíveis com as de outras disciplinas — na economia, são as preferências individuais que moldam os processos sociais, e não o contrário; que o método qualitativo que sustenta muitos trabalhos não são facilmente conciliáveis com as formalizações de economistas, com suas noções de causalidade e sua tendência à abstração e precisão teórica (dedutiva) em detrimento da precisão do “mundo real” (indutiva); e que há uma hierarquia explícita ou implícita entre as disciplinas que muitas vezes interferem no modo desejável de engajamento intelectual entre elas (Foucarde, Ollion & Algan, 2015).

Mas esse cenário não é intransmutável. Cruz-e-Silva & Cavalieri (2021) oferecem uma defesa filosófica coerentista do porquê a economia deveria ser mais interdisciplinar. Eles definem a coerência como quão bem um corpo de crenças se

¹ Uma menção honrosa é a economia comportamental, que visa integrar a psicologia cognitivo-comportamental à economia *mainstream*.

integrada e é capaz de seus componentes realizarem inferências entre si. Existe coerência em um sistema de crenças apenas se esse sistema for logicamente consistente e existe em proporção ao grau de consistência probabilística. A coerência aumenta conforme crescem em número e força as conexões capazes de realizar inferências entre si e diminui conforme o sistema for dividido em subsistemas desconectados e na proporção de anomalias não explicadas dentro de determinado sistema. A interdisciplinaridade na economia deve ser adotada, portanto, pelo fato de ela ser um subgrupo das ciências sociais, de forma a se beneficiar da interação com outras ciências sociais vizinhas para desenvolver explicações mais completas sobre os fenômenos reais e reduzir as explicações anômalas. As principais formas de executar a interdisciplinaridade são interação e integração.

Felizmente, a economia, tal como qualquer ciência social, não é monolítica e há espaço para diferentes escolas de pensamento integrarem diferentes disciplinas às suas teorias. Temos como exemplo a economia institucional fundada por Veblen — que será a principal tradição de pensamento abordada neste trabalho — que incorporou a sociologia, antropologia e psicologia às suas obras. Como escreveu Witte (1954), os institucionalistas sempre buscaram atravessar os limites da teoria econômica e abranger outras disciplinas. Segundo ele, visando solucionar problemas práticos, eles consideram diversos aspectos desses problemas, como o econômico, social, psicológico, histórico, legal, político, administrativo e técnico. Ainda, em contraste com a economia tradicional, os institucionalistas costumam utilizar o método indutivo ao dedutivo. Tendo em vista as razões de afastamento da economia com as demais ciências sociais apresentadas por Foucarde, Ollion & Algan (2015), os economistas institucionais têm maior proximidade com as outras ciências justamente por priorizarem o método indutivo.

Edie (1922) diz que a economia abrange uma análise tripla: os motivos e satisfações do homem lidando com a riqueza, o processo de organização e distribuição da riqueza é gerida e as forças e direções de melhorias e mudanças. Portanto, a economia possui um fator humano, organizacional e de progresso. O aspecto humano da economia é abordado principalmente pela psicologia. O fator humano para a economia é fundamental e a psicologia econômica é a ciência que estuda esse fator, que busca responder, dentre várias outras coisas, qual é o principal motivo que impele o homem a lidar com as questões de riqueza.

Ayres (1951), fazendo uma metáfora geográfica, apresenta as três montanhas do institucionalismo: uma teoria do valor, a antropologia e o behaviorismo, que observadas simultaneamente formariam um único maciço. De acordo com Ayres (1951), o behaviorismo — que busca explicar o comportamento humano — se afasta das questões como do que a mente é constituída e se aproxima de uma concepção funcional do comportamento. Ou seja, é uma psicologia que considera apenas o comportamento observável, descartando qualquer especulação sobre a mente.

Entretanto, apesar de o behaviorismo ter tido bastante relevância entre economistas institucionais originais, essa não é a primeira e nem a única teoria psicológica utilizada por eles. Primeiramente, Veblen utilizou uma teoria de instintos, que em poucas décadas acabou por cair em desuso (Asso & Fiorito, 2004). Apesar de ter sido criticada por alguns autores, não devemos ser precipitados em descartá-la. Entre as correntes psicológicas adotadas pela economia institucional, uma ainda pouco abordada é a psicanálise, que também utiliza uma teoria instintual. Por isso a psicanálise pode encontrar maior proximidade principalmente com a economia institucional vebleniana (Schneider, 1948; Almeida, 2011).

A psicanálise freudiana surgiu a partir da psiquiatria com o contato com pacientes que apresentavam sintomas somáticos para problemas de origem psíquica. Entretanto, ela rapidamente se desvencilhou da medicina e tornou-se uma disciplina autônoma aberta para estudiosos de diversas áreas do conhecimento (Freud, 1914). O seu foco é primariamente a análise e métodos de tratamento para indivíduos psicologicamente adoecidos. Entretanto, o arcabouço teórico construído por Freud e seus colaboradores a partir do material empírico clínico permitiu estender as análises não apenas para indivíduos, mas também para a cultura (Mezan, 2005). Não apenas isso: Freud também produziu trabalhos analisando e interpretando fenômenos sociais, como a psicologia das massas (Freud, 1921) e — o que mais nos interessa — instituições.

Este trabalho é, portanto, uma tentativa de interação e integração de conexões entre a economia institucional e a psicanálise de Freud de forma a promover a interdisciplinaridade na economia e oferecer argumentos coerentes que aproximem a teoria econômica da realidade observada empiricamente. Para isso, iremos no capítulo 2 apresentar os elementos centrais da economia institucional que se destacam na interação com a psicanálise e que servirão como base para discutir uma possível aproximação. Passaremos pelos conceitos de instituição, regras,

hábitos e instintos, assim como apresentaremos um breve panorama histórico da influência da teoria dos instintos no institucionalismo.

No capítulo 3, iremos apresentar os conceitos fundamentais da teoria psicanalítica que serão úteis para a finalidade dessa pesquisa. Devido ao distanciamento entre as disciplinas, é necessário uma apresentação detalhada da estrutura psíquica elaborada por Freud, o conceito psicanalítico de instinto e seus possíveis destinos. Aqui já realizaremos os primeiros diálogos com os autores da Economia Institucional Original (EIO) e autores que a herdaram, como Veblen, Geoffrey Hodgson e Lionel D. Edie, e o trabalho de Almeida (2011), que já identificou pontos de contato entre a psicanálise e a economia institucional.

Uma vez que todas as peças teóricas estiverem sobre a mesa, o capítulo 4 será o momento de manejá-las e identificar as imagens que se formam a partir dessas relações. Primeiro abordaremos a psicologia das massas (Freud, 1921) e sua relação com a classe ociosa. Em seguida, introduziremos a análise psicanalítica de Freud (1912-1913) da instituição do totem e suas implicações para a economia institucional. Depois, veremos uma possível metodologia de conciliação da psicanálise com a economia institucional realizada por Schneider (1948). Para finalizar, traremos um exemplo empírico contemporâneo com uma possível análise psicanalítica de um caso de consumo.

Por fim, no capítulo 5 faremos os comentários finais buscando apontar todas as contribuições da psicanálise identificadas neste trabalho, concluindo se ela adiciona coerência à economia institucional, assim como possibilidades de futuras pesquisas.

2 INSTITUIÇÕES, REGRAS E HÁBITOS

2.1 AS DEFINIÇÕES DE INSTITUIÇÕES

O que são instituições? De que elas são constituídas? De que forma elas explicam os fenômenos econômicos? Apenas com as respostas para essas perguntas podemos compreender de que forma a psicanálise pode contribuir para a explicação desses fenômenos.

Hodgson (2015) aponta duas diferentes formas de definir objetos ou fenômenos: existem definições claras e axiomáticas, e existem outras que buscam delimitar um fenômeno do mundo real de outros em um conjunto de fenômenos empíricos, mesmo que com fronteiras confusas. Segundo ele: “O papel de uma definição como essa é identificar as características distintivas essenciais, ou ‘entalhar’ a realidade ‘onde está a junta’, como Platão reportou de Sócrates em *Fédro*” (Hodgson, 2015, p. 2)². De fato, estabelecer uma definição precisa é uma das maiores preocupações de Sócrates, uma vez que em inúmeros diálogos ele busca inquirir seu interlocutor para encontrar uma definição satisfatória para o tema em questão. Temos Eutífron, que estava plenamente convicto de que conhecia o que era justiça ao acusar o próprio pai de assassinato. Entretanto, em vários diálogos não há uma conclusão clara sobre o assunto discutido. Diversas vezes o interlocutor se cansava ou se deparava com as próprias contradições e encerrava a conversa antes de precisar admiti-las. Mesmo assim, ao refletir sobre a totalidade do diálogo, Platão instiga um espírito filosófico. Construindo os diálogos de forma cuidadosa, Platão coloca neles todas as peças para que o leitor através da reflexão chegue a alguma conclusão.

Transportando esse exemplo para a economia institucional — guardados os devidos contextos e proporções — diversos autores dialogam entre si e propõem definições de instituições. Ao longo da história do institucionalismo há definições, que, embora mantenham núcleos em comum, são diversas e às vezes contraditórias entre si. Mesmo hoje não há um consenso geral dessa definição (Hodgson, 2006).

² “The role of such a definition is to identify the essential distinguishing characteristics, or to ‘carve’ reality ‘where the joint is’, as Plato reported of Socrates in *Phaedrus*.” (On defining institutions, 2015, p. 2)

Essa diversidade abre espaço para que o diálogo continue e que novas contribuições teóricas avancem o entendimento do fenômeno das instituições.

Neale (1987) trouxe as principais definições, ressaltando que os fundadores da economia institucional não utilizaram uma definição fixa. Segundo ele, Veblen entende instituição como hábitos indispensáveis com aceitação geral, mas que é difícil estar certo sobre os limites do conceito, os mecanismos de funcionamento das instituições e de suas consequências. De acordo com Neale (1987), para Commons, é uma ação coletiva de controle individual, abrangendo desde costumes desorganizados até iniciativas contínuas e organizadas. E para Walton Hamilton, são formas de pensamento ou ação enraizados nos hábitos dos povos. Elas moldam o comportamento impondo limites e forma às atividades humanas.

Diante de definições distintas, mas com pontos semelhantes, Neale (1987) buscou identificar a ideia central por trás delas. Ele propõe uma afirmação que os institucionalistas podem concordar quase que unanimemente de que a maior parte daquilo que as pessoas fazem é governada pelas instituições de sua sociedade. Isso significa que a cultura — uma ação coletiva — governa os comportamentos das sociedades. Governa não de forma automática, como uma máquina, mas definindo a permissibilidade e a moralidade de ações (e pensamentos), tal como o que é visto como admirável ou repugnante, e estipula regras para limitar ou potencializar o comportamento. Commons (1931) afirma que as ações coletivas são expressas nos verbos *pode*, *deve* e *poderá* (*can*, *must*, *may*). O indivíduo *pode* ou não fazer determinada ação se a ação coletiva o auxiliar ou não, habilitando essa ação; *deve* ou não *deve*, se a ação coletiva o impulsionar; e *poderá* ou não se a ação coletiva impedir. Por essas razões, podemos definir as instituições como hábitos.

Hodgson (2006) aponta que instituições são sistemas de regras sociais que estruturam as interações sociais. Elas permitem previsibilidade e estabilidade, dando consistência às atividades humanas³. As regras são transmitidas socialmente, isto é, dependem de uma cultura social e do uso de linguagem. Além disso, elas são codificáveis: membros da comunidade podem identificar explicitamente o descumprimento de uma regra.

³ Porém, é necessário tomar cuidado para não reduzi-las a comportamentos. Utilizando o exemplo que o próprio Hodgson (2006) cita: a monarquia britânica não desaparece enquanto todos dormem.

2.2 REGRAS

Segundo Searle (2005), regras são atribuições de status em que “X conta como Y em Z”. Para compreendermos de que forma se dá essa atribuição, ele elabora sobre a importância da linguagem para compreender as regras e as instituições e, identificando o que é um fato institucional, busca responder o que é uma instituição. O primeiro desafio se dá na existência de fatos dependentes de um observador e outros independentes. Também pela existência de fatos objetivos e subjetivos. Os independentes são todos os fatos físicos, químicos e biológicos que ocorrem na natureza quer alguém os observe quer não. Já os dependentes são os que necessitam de um observador consciente para que o fenômeno ocorra. No caso de um jogo de futebol, ocorre tanto um fenômeno independente — os movimentos dos atletas e da bola, explicados pelas ciências naturais — como dependente — as regras do jogo e a intencionalidade dos jogadores, construídos coletivamente e explicados pelas ciências sociais. Já quanto à objetividade e subjetividade, podemos dizer que a afirmação “existem jogadores em campo” é objetivamente verificável, mas a frase “o jogo está divertido” vai além do que é perceptível materialmente⁴. O jogo pode muito bem ser divertido para o torcedor do time vencedor e insuportável para o do time perdedor. A essas categorias damos o nome de objetividade e subjetividade epistêmica. Mas o autor oferece outro sentido de objetividade e subjetividade: o ontológico.

Fenômenos ontologicamente subjetivos dependem de uma percepção subjetiva para ocorrerem. Quando um médico pergunta qual o nível de dor que o paciente está sentindo, o fenômeno da dor existe na medida em que há um indivíduo que a experimenta. Já a queda de uma árvore em uma floresta não depende da experiência para ocorrer, sendo ontologicamente objetivo. Portanto, o desafio identificado por Searle (2005) é compreender como é possível haver uma realidade institucional epistemicamente objetiva — dinheiro, governo e etc. — ao passo que é constituída de atitudes ontologicamente subjetivas⁵. Para solucionar esse problema,

⁴ “Epistemically objective statements are those that can be established as true or false independently of the feelings and attitudes of the makers and interpreters of the statement. Those that are subjective depend on the feelings and attitudes of the participants in the discourse. Epistemic objectivity and subjectivity are features of claims.” (Searle, 2005, p. 4)

⁵ As instituições só podem ser observadas pelo comportamento manifesto (Hodgson, 2006).

ele elabora uma teoria da estrutura lógica do fato institucional. Ela é fundamentada em três noções básicas. A primeira delas é a intencionalidade coletiva, que é o engajamento coletivo para alcançar um objetivo em comum. Pode ser percebida desde lobos unidos para caçar sua presa até a membros de uma orquestra tocarem seus instrumentos para concluir a apresentação. A segunda é a atribuição de funções. Seres humanos e alguns poucos animais atribuem funções a objetos cuja função atribuída não é intrínseca a eles. Coletivamente, é possível atribuir a uma pedra funções distintas: alguns podem atribuir a função para a ponta de uma flecha e outros para um muro. A terceira são as funções de status, exclusiva dos seres humanos. É isso que transforma um fato social em um fato institucional e resume-se a “X conta como Y em Z”. Um exemplo de atribuição de status é um muro de pedra que, inicialmente tinha uma função atribuída de proteger uma tribo, após se desgastar e restar apenas uma marcação e pedra, assume a função de marcação territorial (Searle, 2005). Utilizando o esquema introduzido há pouco: a linha de pedras (X) conta como demarcação (Y) de território na fronteira da tribo (em Z). Dessa forma, entendemos as atribuições de status como objetos que “não podem assumir a função apenas em virtude de suas estruturas físicas, mas apenas em virtude do status da designação ou aceitação do objeto ou pessoa como tendo certo e status e aquele status uma função” (Searle, 2005, p. 12)⁶.

Com a regularização de uma atribuição de status, ela se torna uma regra. As regras constitutivas moldam o comportamento e são as atribuições de status impostas como regras que constituem a chamada ontologia institucional. As atribuições de status tornam-se regras através da deontica, isto é, termos que em linhas gerais estabelecem direitos, deveres e obrigações⁷. Podemos citar termos deonticos como “deve”, “pode”, “é permitido”; assim como seus negativos. O poder deontico das instituições criam motivos para agir independentes dos desejos individuais. Ora, um indivíduo pode desejar ter poder para realizar grandes

⁶ “cannot perform the function in virtue of their physical structure alone, but only in virtue of the collective assignment or acceptance of the object or person as having a certain status and with that status a function” (Searle, 2005, p. 12) É interessante refletir no que Searle (2005) coloca sobre a duplicidade do vocabulário de proibição no exemplo citado anteriormente: dizer “você não pode ultrapassar isso” pode significar tanto que é fisicamente impossível atravessar o muro como que não é permitido atravessá-lo.

⁷ “It is the power that is marked by such terms as: rights, duties, obligations, authorizations, permissions, empowerments, requirements, and certifications. I call all of these deontic powers.” Searle (2005, p. 10).

mudanças sociais, mas para alcançar esse poder precisa se tornar presidente. Para isso, precisa passar por um processo eleitoral, que por sua vez requer uma série de ações para conseguir votos. Ou seja, por um lado as instituições potencializam as ações humanas — afinal, sem que houvesse instituições de poder político não haveria como exercer uma influência benéfica de forma tão ampla — e por outro criam meios padronizados para essas ações ocorrerem independente de desejos pessoais.

Uma vez que instituições são compostas de atribuições de funções de status — que determinam funções além das propriedades físicas — é necessário um veículo simbólico para que as funções sejam atribuídas: a linguagem⁸. O mesmo vale para a deontologia, que só existe em função da linguagem. É ela que garante que uma regra continue a existir mesmo que todos estejam dormindo, como Hodgson (2006) exemplificou. Portanto, a linguagem é necessária tanto para a formação das instituições como para a percepção de suas existências.

Por fim, é importante notar que nem toda instituição segue o padrão “X conta como Y em C” em que X é um objeto. Searle (2005) indica que há instituições com “termos Y autônomos”, independentes de qualquer objeto X. Uma empresa, por exemplo, não possui um objeto X para ser considerado uma instituição. Ao invés disso, ela é constituída a partir de uma declaração institucional em função do poder deôntico⁹.

2.3 HÁBITOS

Segundo Hodgson (1997), os hábitos transformam as regras em padrões de ação coletiva. Embora o processo de habituação envolva repetição, hábitos não são análogos a isso (Hodgson, 2004; Almeida, 2011). Por exemplo, levar um garfo do prato à boca é um ato repetitivo, mas não se caracteriza como um hábito; é apenas repetição. Por outro lado, almoçar à mesa todos os dias por volta do meio dia é, sim, algo repetitivo, mas é mais que isso. É uma forma socialmente padronizada de

⁸ “A status function must be represented as existing in order to exist at all, and language or symbolism of some kind provides the means of representation” (Searle, 2005, p. 13)

⁹ Crawford & Ostrom (1995) podem elucidar a forma da declaração institucional de uma regra, que é codificada como, por exemplo: os funcionários [atributos] não podem [deôntico] fumar [alvo] fora do horário do intervalo [condições], ou então serão demitidos [ou então]. Porém, a relação das autoras com a economia institucional é complexa e merece um trabalho à parte.

satisfazer a necessidade de comer e se relacionar com os demais membros da família.

Hábitos são, portanto, disposições ou tendências a agir ou pensar de determinada forma diante de determinada situação e são um mecanismo social usualmente constituído a partir da imitação de outros indivíduos (Hodgson, 2004). Ele afirma que muitos deles são inconscientes: “são repertórios submersos de pensamento e comportamento potencial” (Hodgson, 2006, p. 131). É importante dar ênfase no caráter potencial do hábito, fazendo a distinção na filosofia realista (que pode ser traçada até Aristóteles) entre potencial e atual (Hodgson, 2004). Ou seja, não se trata apenas de comportamento, mas uma propensão a agir de determinada forma. E por fim, para que um hábito adquira o status de regra, “tem de adquirir algum conteúdo normativo próprio, ser potencialmente codificável e ser predominante em um grupo” (Hodgson, 2006, p.131).

Sendo os hábitos fundamentais para qualquer pensamento ou comportamento, a partir e através deles podemos compreender como se dão as mudanças institucionais. Sendo as instituições capazes de impulsionar ou restringir comportamentos e pensamentos, mudanças institucionais podem modificar hábitos que, por sua vez, moldam e modificam as preferências dos indivíduos, abrindo espaço para novas mudanças institucionais. Vale ressaltar que a influência das instituições e dos indivíduos não são absolutas. Do lado das instituições, não é possível dizer que elas executam uma “lavagem cerebral” sobre os indivíduos. E do lado dos indivíduos, não se pode afirmar que apenas suas preferências individuais determinam o caminho das instituições. Como Hodgson (2004) aponta, ambos os extremos exercem influência e se determinam mutuamente.

Contudo, para compreender com exatidão as instituições e os hábitos, ainda falta um componente que serve como força motriz das ações e pensamentos dos indivíduos: os instintos.

2.4 O LUGAR DOS INSTINTOS NA HISTÓRIA DA ECONOMIA INSTITUCIONAL

Na segunda metade do século XIX, por influência darwinista, as teorias psicológicas fundamentadas nos instintos ganharam força. Alguns economistas no começo do século XX utilizaram teorias de instinto desenvolvidas a partir das teorias psicológicas antecedentes para explicar o comportamento econômico. Na economia

institucional, Veblen já utilizava uma teoria de instintos em A Teoria da Classe Ociosa, mas foi apenas em 1914 que ela foi melhor sistematizada. Ele considera instinto como “uma propensão inata e persistente da natureza humana” (Veblen, 1914, p. 3) e, embora reconheça que há uma co-influência entre instintos, ele os categoriza conforme sua teleologia e pode-se dividir em duas grandes categorias: os referentes a si e os aos outros (Asso & Fiorito, 2004, p. 4).

Salles & Camatta (2017) resumizam os principais instintos em Veblen. Os dois primeiros são referentes aos outros e afloram com maior intensidade após os instintos biológicos básicos forem supridos:

- a) *instinct of workmanship*, com o qual o indivíduo empenha-se para produzir e é gratificado por desempenhar um trabalho útil. Almeida (2011) qualifica — com o apoio de outros autores¹⁰ — que esse é um “quase instinto”. Ou seja, é um elemento externo internalizado e enraizado a ponto de ser quase considerado um instinto inato do ser humano;
- b) *parental bent*, é a inclinação à reprodução social e sobrevivência da comunidade. Trata-se de prover segurança material para a próxima geração.

No grupo de instintos voltados para si:

- c) *idle curiosity*, a busca por satisfazer a curiosidade inata do ser humano, sem compromisso com a finalidade social útil dessa busca;

Como resumiram Asso & Fiorito (2004) sobre o pensamento de Veblen, a busca por satisfazer os instintos leva à produção de hábitos, que por sua vez ao possuírem relevância social, assumem o status de instituição. Este é um processo não teleológico, o que significa que os hábitos não necessariamente tornam-se mais adequados para satisfazerem instintos e, pelo contrário, podem impedir ou dificultar essa satisfação.

Depois de Veblen, outros autores também utilizaram uma psicologia dos instintos. Podemos citar um autor que ainda trará mais contribuições e que também elaborou sobre instintos de forma aprimorada em relação à teoria vebleniana: Lionel D. Edie (Asso & Fiorito, 2004). As influências dos instintos são mediadas socialmente pelos hábitos, emulação, simpatia e sugestão. Para ele, os hábitos são

¹⁰ Como Hodgson, Cordes e Mayhew.

formas de economizar energia mental e de modificar (ou suplantando) tendências instintivas, a emulação é a imitação do comportamento de um grupo, a simpatia é a identificação com as emoções de um grupo e a sugestão a tendência a aceitar uma ideia do grupo sem questionamentos. Além disso, ele estabelece formas através das quais um instinto socialmente inaceitável pode ser ajustado: pela disciplina, reprimindo ou eliminando esse instinto; sublimação, que é a conversão de instintos indesejados para finalidades úteis; e racionalização, uma justificativa posterior de forma a tornar uma ação racionalmente aceitável nos padrões sociais.

Entretanto, embora as teorias dos instintos tenham sido utilizadas por institucionalistas e outros fora do institucionalismo, logo foram criticadas por economistas de ambos os espaços e substituídas pelo behaviorismo, que se adequava melhor ao positivismo da época, focando apenas no comportamento objetivamente observado (Asso & Fiorito, 2004). As críticas podem ser compreendidas da seguinte forma:

- a) os instintos não seriam úteis como categorias de análise e não teriam capacidade preditiva, pois poderiam apenas justificar qualquer comportamento adicionando mais um instinto na lista;
- b) haveria uma ênfase excessiva no aspecto biológico dos instintos em detrimento da influência social e cultural no comportamento humano.

Apesar de o behaviorismo ter ganhado força e possuir aplicabilidade para tentar prever o comportamento humano, seu apoio não foi unânime. Alguns autores consideram-no um dos principais fatores para o declínio do institucionalismo. John Commons, por exemplo, foi um de seus opositores. Segundo Asso & Fiorito (2004), Commons via o behaviorismo como individualista e mecanicista, ao invés de observar o indivíduo como participante de transações. Ainda, via como impossível remover a base metafísica das ciências sociais, coisa que o positivismo behaviorista se propôs a fazer.

Entretanto, como veremos, a psicanálise pode oferecer respostas a essas críticas e pode ser uma disciplina que adiciona coerência à economia institucional, preservando uma teoria instintual. Dessa forma, prosseguiremos para examinar se o referencial teórico da psicanálise pode contribuir para melhor explicar as instituições — como elas funcionam, como se formam e se perpetuam, e que influência exercem nos grupos de indivíduos na sociedade.

3 FREUD PARA ECONOMISTAS

Tal como exposto por Cruz-e-Silva & Cavalieri (2021) sobre a defesa coerentista de Bonjour, existem processos não observáveis que requerem o desenvolvimento de teorias para explicar e prever fenômenos observáveis no mundo. Sendo os processos psíquicos não observáveis, Freud julgou necessário criar uma teoria que identifica e atribui função para diferentes regiões do aparelho psíquico para explicar os achados clínicos — uma metapsicologia (Fonseca, 2012).

3.1) O CONSCIENTE E O INCONSCIENTE

Apesar de ter dado início à disciplina da psicanálise a partir do estudo de indivíduos adoecidos, a psicanálise é didaticamente introduzida a partir de fenômenos bastante comuns que ocorrem em pessoas saudáveis. Ao apresentá-la nas suas palestras introdutórias, Freud (1916) inicia com atos falhos, chistes e sonhos — comuns a todos os indivíduos. Ele assim o faz, pois pode apresentar os fundamentos de sua teoria de forma a identificá-la à experiência de vida da população em geral, tornando-a mais persuasiva e inteligível. A partir da observação e explicação desses fenômenos, é possível lançar os alicerces para a compreensão da existência do inconsciente e do seu modo de operação. Isso indica que, apesar de a psicanálise ser utilizada como método de tratamento de pessoas psicologicamente adoecidas, ela é útil para explicar o funcionamento psíquico de pessoas em condições saudáveis.

Atos falhos são falhas de comportamento ou fala imperceptíveis do ponto de vista do agente cujo resultado do ato diverge do intencionado. Como exemplos mais recorrentes, podemos citar a troca de palavras, como a troca do nome da esposa pelo nome da mãe, ou troca de uma palavra pelo seu sentido contrário. Também podemos citar o esquecimento de objetos, principalmente os de valor sentimental, quando há alguma desavença entre o dono do objeto e quem o presenteou. Como relatado por Freud, assim que a desavença é desfeita, o objeto é encontrado. Nesse intervalo entre a intenção perceptível (consciente) do agente e do resultado da ação temos a falha, e a partir da falha revela-se um aspecto da mente que não é perceptível. Este é o inconsciente. Revela não somente o inconsciente, como também a diferença de intenções entre o aspecto consciente e inconsciente.

Schneider (1948) enfatiza que na natureza humana construída por Freud o sujeito se encontra em um estado de algum nível de engano em relação a si mesmo, sendo a consciência apenas a superfície do aparelho psíquico Freud (1923).

Isso se torna um pouco mais claro ao observar os chistes. Eles são gracejos, comentários cômicos. Eles ocorrem em ambientes sociais no qual há normalmente ao menos três indivíduos: um que transmite o chiste, outro que recebe e um terceiro sobre o qual aquele chiste se refere. Burlando as regras sociais através do humor, o conteúdo psíquico que de outra forma permaneceria oculto encontra uma forma de se manifestar através de palavras de duplo sentido, junções de diferentes palavras em uma (Freud, 1905). Isso revela que existe um conteúdo inconsciente por detrás do que aparentemente pensamos e que ele possui um conteúdo condensado nas palavras, manifestando-se pela linguagem.

A linguagem cumpre um papel importante na psicanálise, tendo em vista que todo conteúdo inconsciente pode ser codificado através dela. Isso pode ser visto principalmente na análise de Freud (1900) sobre sonhos. Ele elabora que os sonhos são realizações de desejos que encontram vazão em imagens e sons que representam pensamentos que não alcançaram a consciência enquanto desperto. Mecanismos psíquicos que despertos funcionam como censores em maior parte adormecem durante o sono, o que permite que pensamentos não autorizados de serem conscientemente pensados possam se manifestar com maior liberdade.

A psique, porém, não torna esse trabalho fácil. Ela emprega diversas formas de censuras ao conteúdo inconsciente, o que requer algum esforço para interpretá-lo. Esses mecanismos de censura identificados nos sonhos operam mesmo enquanto desperto e são úteis para compreender o funcionamento da mente em geral. Podemos citar o deslocamento, que ocorre quando um conteúdo é associado a outro e este se manifesta no lugar daquele. Exemplificando com algo que veremos logo mais — ao tratar sobre o totem e o tabu — uma criança com medo inconsciente do pai pode associar esse medo a alguma outra figura que inspira um medo semelhante, como um grande animal, e o medo manifestar-se pelo animal ao invés do pai (Freud, 1914). Esse mecanismo será melhor explicado após compreendermos logo mais o processo de repressão de instintos e posteriormente a ambivalência de sentimentos. Por ora, basta sabermos que há distinção entre o perceptível e imperceptível e que há diversos métodos para decodificar o conteúdo à princípio inacessível à consciência.

Em suma, Freud (1915a) vê como necessário estabelecer essa distinção para melhor explicar os fenômenos observáveis e com maior coerência entre eles. Ele sistematiza considerando três sistemas: o Cs (consciente), que é perceptível; o Pcs (pré-consciente), um estado em que o pensamento está na iminência de se tornar consciente caso não haja censura; e o Ics (inconsciente), o que não é perceptível.

3.2) INSTINTOS

Na teoria freudiana, o instinto (*Trieb*) possui uma definição própria, mas similar e complementar à de Veblen (Almeida, 2011)¹¹. Instintos são necessidades constantes de origem biológica que exigem satisfação. Ao contrário do que ocorre com respostas a estímulos externos — como reagir a uma chaleira quente, por exemplo — não há possibilidade de fuga dos instintos. Eles são necessidades internas que demandam trabalho por parte do sistema neurológico para atenuá-las (Freud, 1915b). Como Freud (1915b, p. 55) resume:

Assim, encontramos a essência do instinto, primeiramente, em suas características principais: a origem em fontes de estímulo no interior do organismo, o aparecimento como força constante; e derivamos daí outro de seus traços: sua irredutibilidade por meio de ações de fuga (Freud, 1915, p. 55)

Embora Freud (1915b) coloque a origem do instinto como biológica, ele o considera um

conceito-limite entre o somático e o psíquico, como o representante psíquico dos estímulos oriundos do interior do corpo e que atingem a alma, como uma medida do trabalho imposto à psique por sua ligação com o corpo (Freud, 1915b, p. 57).

Sendo um conceito-limite entre o somático e o psíquico, o instinto perpassa a biologia, mas está além dela: alcança também a subjetividade e a linguagem (Fonseca, 2012). Todo instinto é representado por um afeto (um sentimento ou

¹¹ Um psicanalista pode se perguntar: porque instinto e não pulsão? Estamos cientes do extenso debate sobre a melhor tradução do termo *Trieb*. A maior parte dos psicanalistas brasileiros preferem pulsão a qualquer outra tradução, e instinto carrega uma conotação bastante “biologizante”, repudiada por Lacan, proponente da pulsão. Entretanto, escolhemos manter o termo instinto, pelo fato de a economia institucional já utilizá-lo, o que facilita a aproximação de teorias distintas apenas redefinindo o seu significado e mantendo a mesma familiaridade de linguagem. Pulsão, por se tratar de um neologismo, acaba por dificultar a aproximação da psicanálise com o público em geral. Para mais dessa discussão, ver Fonseca, 2012.

sensação) e como uma ideia (um “representante ideativo” ou pensamento), e que a distinção de consciente e inconsciente não se aplicam aos instintos; apenas às ideias e afetos que os representam (Freud, 1915a). Sendo representado por uma ideia, o instinto pode ser codificado em linguagem e é mediado por ela¹². Com isso, podemos responder à crítica “b” apontada por Asso & Fiorito de que há demasiada ênfase no aspecto biológico dos instintos em detrimento da influência social. Como é mediado pela linguagem, há espaço para ênfase social tanto quanto biológica.

Enquanto para Veblen (1914) o indivíduo está consciente dos objetos que deseja para satisfazer seus instintos e age para alcançá-los (Almeida, 2011), o representante ideativo de um instinto em Freud (1915a) pode ou não se tornar consciente. Dessa forma, o indivíduo pode desejar algo sem que tenha consciência do que deseja, expresso pelo conteúdo ideativo que por alguma razão permaneceu inconsciente. A razão, como veremos logo mais, é a repressão.

Além disso, para Veblen (1914) o indivíduo ao buscar seus instintos está sujeito ao prazer e dor e isso é determinante na sua escolha de o que desejar (Almeida, 2011)¹³. Já para Freud (1915a), os instintos estão submetidos ao princípio do prazer, isto é, o aumento do estímulo do instinto provoca desprazer sobre o sistema nervoso (excesso de excitação), sua satisfação, prazer (descarga de excitação). Uma última diferença que Almeida (2011, p. 9) pontua é que “o foco de Freud era em que objetos satisfazem um impulso instintivo. O foco de Veblen era em como construir uma estrutura decisória para satisfazer um impulso instintivo”¹⁴. Ou seja, são as diferenças entre ambos que permitem uma conciliação (Almeida, 2011). Pelo fato de apresentarem abordagens diferentes não-excludentes, podemos adicionar as contribuições psicanalíticas ao corpo teórico vebleniano sem necessariamente contradizê-lo.

¹² Sendo a linguagem uma instituição (Searle, 2005), o fato de o representante ideativo ser composto de linguagem traz consequências extremamente complexas para a relação da psicanálise com a economia institucional e do papel da linguagem nas demais instituições. Devido à complexidade do tema e por acabar fugindo do foco principal do trabalho, ele não será desenvolvido aqui. Reservamos a supor que a instituição da linguagem exerce influência ainda mais profunda que imaginamos, afetando a forma como o representante ideativo do instinto é codificado no inconsciente.

¹³ Devemos tomar cuidado para não confundirmos com o prazer hedonista. Aqui não se trata de uma busca deliberada por prazer, mas a busca por satisfazer instintos de sobrevivência cuja recompensa é prazerosa (ou desprazerosa).

¹⁴ “Freud’s focus was on what satisfies an instinctive impulse. Veblen’s focus was on how to build the decision making framework to satisfy an instinctive impulse.” (Almeida, 2011, p. 9)

Outra crítica ao uso de uma teoria de instintos de Veblen que também seria pertinente a Freud é quanto à arbitrariedade da quantidade deles (Asso & Fiorito, 2004). Isto é, a possibilidade de ao se deparar com um novo comportamento, simplesmente criar novos instintos para explicar esses comportamentos, esvaziando-os de qualquer poder explicativo e preditivo. Freud mesmo percebeu essa fragilidade e se precaveu: em caso de necessidade e se as limitações de análise psicológica permitirem, novos instintos podem ser estabelecidos como fatores explicativos, exemplificando com instinto do jogo, instinto social ou de destruição (1915b). Apesar de certa arbitrariedade da elaboração de novos instintos, eles podem ser decompostos em direção aos instintos primordiais, estes não decomponíveis e portanto mais fundamentais que suas derivações. Os dois grupos de instintos primordiais, em primeiro momento, são os instintos do Eu — de autoconservação — e os instintos sexuais. Ele próprio estabelece que não são categorias definitivas e que podem ser mudadas caso a teoria se depare com limitações. Como veremos adiante, essa mudança realmente ocorreu.

Ao se aprofundar no estudo das neuroses, Freud deparou-se com um empecilho à distinção entre instintos sexuais e do Eu. Como Freud (1920) narra, ele identificou que muitas vezes o sujeito direciona instintos sexuais tendo a si mesmo como objeto, o que designou de narcisismo. Assim, haveria instintos sexuais que são também instintos do Eu. Para solucionar essa contradição, ele adotou novas categorias de instintos: a libido de objeto e a libido narcísica (1920).

Libido, como Freud (1921) explica, é a energia dos instintos relacionados ao amor. Segundo ele:

O que constitui o âmago do que chamamos amor é, naturalmente, o que em geral se designa como amor e é cantado pelos poetas, amor entre os sexos para fins de união sexual. Mas não separamos disso o que partilha igualmente o nome de amor, de um lado o amor a si mesmo, do outro o amor aos pais e aos filhos, a amizade e o amor aos seres humanos em geral, e também a dedicação a objetos concretos e a ideias abstratas. Nossa justificativa é que a investigação psicanalítica nos ensinou que todas essas tendências seriam expressões dos mesmos impulsos instintuais que nas relações entre os sexos impelem à união sexual, e que em outras circunstâncias são afastados dessa meta sexual ou impedidos de alcançá-la, mas sempre conservam bastante sua natureza original, o suficiente para manter sua identidade reconhecível (abnegação, busca de aproximação). (Freud, 1921, p. 43)

Como podemos ver, Freud (1921) trata amor de forma bastante ampla, mas diz ser o mesmo *Eros* encontrado em Platão. Embora considere em última instância

como de origem sexual, o *Eros*, a libido, está relacionada a tudo que é desejado, seja em si ou em um objeto exterior¹⁵.

Ao redor do conceito de instinto, há uma série de termos que indicam origem, movimento, alvo, finalidade. Sendo eles, respectivamente: fonte, impulso, objeto e meta (Freud, 1915b). A origem dos instintos, que provém de algum órgão ou parte do corpo, não é objeto de estudo da psicanálise. Apenas assume-se a origem biológica deles. O impulso é o aspecto motor do instinto, indicando pelo movimento que ele parte de algum lugar em direção a outro. Essa direção é a da meta de satisfação, o objetivo de qualquer instinto. Essa meta pode ser alcançada através de objetos de desejo, que tem a capacidade de satisfazer o instinto correspondente a ele (Freud, 1915b). Os objetos de desejo aos quais os instintos são direcionados, como esclarece Almeida (2011), são uma questão social. São outras pessoas próximas que apresentam objetos possíveis para a satisfação de determinados instintos — assim como os impossíveis e os instintos que encontram outros destinos que não a satisfação, dos quais o principal que iremos tratar é a repressão.

A essência da repressão “consiste em rejeitar e manter algo afastado da consciência” (Freud, 1915c). Ela funciona como uma força sobre determinado representante psíquico do instinto em uma direção contrária ao da consciência. O processo de repressão pode ser identificado em dois estágios. O primeiro é a pressão sobre o representante em si, o segundo é sobre a cadeia de associações ao qual esse representante está conectado (Freud, 1915c). É possível ilustrar como uma rede ou uma teia com um nó central recebendo maior intensidade de repressão e as conexões próximas recebendo um grau decrescente de força conforme se afasta do ponto inicial. Segundo ele, “na repressão o afeto se separa de sua ideia, e depois os dois prosseguem para seus diferentes destinos” (Freud, 1915a, p. 118).

Um exemplo dado por Freud (1910) de uma repressão operada pela instituição familiar está na história de que bebês são trazidos pelas cegonhas. A criança, que possui uma curiosidade inata, tem como objeto de investimento dessa *idle curiosity* entender como ela mesma e seus irmãos nasceram. Os pais

¹⁵ É importante fazer um adendo: como resume Fonseca (2012), a sexualidade em Freud não se resume à genitalidade, antes a precede. Antes da puberdade, Freud considera qualquer prazer corporal como sexual e chama isso de “polimorfia”, isto é, assume diferentes formas. É apenas com o desenvolvimento dos órgãos genitais que o sexual passa a ter a conotação adulta. Para ver mais sobre a sexualidade infantil, ver Três ensaios sobre a teoria da sexualidade (Freud, 1905).

evidentemente sem poder explicar os pormenores, muitas vezes inventam a fábula da cegonha. Freud (1910) afirma que a criança normalmente não só não acredita, como cria uma suspeita de que é um assunto que deve ser evitado, uma espécie de tabu. Fonseca (2012) atribui essa curiosidade como uma transformação da libido por objeto tomando o próprio Eu como objeto do instinto. Assim, o desejo se torna sublimado e ao invés de manter o objeto do complexo de Édipo¹⁶, o próprio pensar se torna objeto de prazer. Seria essa a origem da curiosidade intelectual, ou como na linguagem vebleniana, do *idle curiosity*.

Edie (1922), de forma claramente influenciado por Freud, identifica o fenômeno da repressão no mundo econômico e as circunstâncias em que ela ocorre:

O ambiente econômico é teimoso em demandar que um trabalhador deva reprimir todos os seus instintos que possa levá-lo a operar uma máquina de uma forma diferente da única forma correta; ou que um sindicato obedeça a uma liminar que restrinja suas ambições; ou que administradores de empresas devam refrear seus anseios auto afirmativos em obediência às regras contra a concorrência desleal. Assim, o mundo econômico rejeita insistentemente uma série de desejos e propensões, e exige obstinadamente sua repressão em toda a sociedade. O equilíbrio entre expressão e repressão constitui a adaptação da natureza humana às circunstâncias econômicas. (Edie, 1922, p. 53)¹⁷

Edie (1922) identifica dois grupos de pessoas com duas posturas diferentes diante da repressão do trabalhador. Por um lado, há os que favorecem o ambiente econômico e veem a natureza humana como algo a ser domada. Por outro lado, há os que tomam o ambiente como excessivamente repressivo e buscam transformá-lo. Edie (1922) afirma que ambos os extremos tem contribuições importantes, mas que simplificam o problema e olham apenas para uma face dele. Segundo ele, a natureza humana precisa de adaptações e redirecionamentos e o sistema econômico de ajustes, que se dão através da repressão de instintos.

Almeida (2011) pontua que a repressão pode ocorrer majoritariamente em duas situações: primeiro na infância — momento este muito valioso para a psicanálise — em que o sujeito ainda não possui um *framework* decisório formado.

¹⁶ O complexo de Édipo será tratado com mais detalhes logo mais.

¹⁷ The economic environment is stubborn in demanding that a worker shall repress all instincts which might lead him to run a machine in other than the one right way ; or that a labor union shall obey an injunction restraining its ambitions ; or that managers of corporations shall curb their self-assertive longings in obedience to the rules against unfair competition. Thus the economic world insistently rebuffs a host of cravings and propensities, and obdurately requires their repression throughout society. The balance struck between expression and repression constitutes adaptation of human nature to economic circumstances (Edie, 1922, p. 53).

Neste período, o que é apresentado como objetos de desejo aceitáveis são mais imposições que qualquer outra coisa. Após esse período inicial, com os critérios básicos de decisão instituídos principalmente pelos pais, o indivíduo está sujeito à repressão através de outras instituições e hábitos.

Edie (1922) trata de algumas formas de repressão em resposta às instituições e hábitos, das quais iremos abordar uma, também trabalhadas por Freud (1915b): a sublimação — que se dá pelo direcionamento de instintos reprimidos a outros fins produtivos, como o trabalho. Freud (1930) fala da importância do trabalho como forma de direcionar a libido:

Não é possível, nos limites de um panorama sucinto, examinar satisfatoriamente, a importância do trabalho para a economia libidinal. Nenhuma outra técnica para a condução da vida prende a pessoa tão firmemente à realidade como a ênfase no trabalho, que no mínimo a insere de modo seguro numa porção da realidade, na comunidade humana. A possibilidade que oferece de deslocar para o trabalho e os relacionamentos humanos a ele ligados uma forte medida de componentes libidinais — narcísicos, agressivos e mesmo eróticos — empresta-lhe um valor que não fica atrás de seu caráter imprescindível para a afirmação e justificação da existência na sociedade. A atividade profissional traz particular satisfação quando é escolhida livremente, isto é, quando permite tomar úteis, através da sublimação, pendoros existentes, impulsos instintuais subsistentes ou constitucionalmente reforçados. E, no entanto, o trabalho não é muito apreciado como via para felicidade. As pessoas não se lançam a ele como a outras possibilidades de gratificação. A imensa maioria dos homens trabalha apenas forçada pela necessidade, e graves problemas sociais derivam dessa natural aversão humana ao trabalho. (Freud, 1930, p. 36)

Freud (1930) aqui, como pontua Mezan (2005), não está levando em consideração a realidade concreta do trabalho adequadamente. Assim como Edie (1922) escreveu, o trabalho pode tanto não ser uma forma de sublimação de diversos instintos, como também pode impor ao trabalhador uma série de exigências cuja necessidade de sobrevivência o leva a reprimir instintos destrutivos. Porém, se levarmos em consideração a condicional descrita por Freud (1930) em relação à escolha livre de trabalho, podemos supor que a sublimação de instintos narcísicos, agressivos e eróticos pode de fato ocorrer. Isso traz uma reflexão interessante e passível de mais estudos sobre como o instinto de *workmanship* está sendo direcionado nos ambientes institucionais vigentes, quais são as consequências psicológicas e econômicas desse direcionamento e a possibilidade de pensar alternativas à essa situação.

Em suma, a partir da repressão podemos começar a compreender a influência das instituições na vida psíquica do sujeito e, em contrapartida, por parte do sujeito, perceber a possibilidade de criação de novos hábitos ou mesmo

mudanças institucionais para lidar com instintos reprimidos. Isso pode ocorrer uma vez que com a repressão os representantes ideativos permanecem atuantes de forma inconsciente, o que por sua vez exerce influência no pensamento consciente do sujeito. Com essas influências, ele pode desenvolver novos hábitos de pensamento e de comportamento.

Dado o que foi apresentado até aqui, podemos nos indagar sobre como funciona a psique do sujeito uma vez que parece que há forças contrárias operando nela simultaneamente: de um lado, instintos buscando satisfação; de outro, repressões que impedem a realização desses instintos. Para compreendermos esse funcionamento, precisamos colocar mais uma peça da metapsicologia de Freud através do que ele chamou de “personalidade psíquica” (Freud, 1933).

3.3) EU, SUPER-EU E ID

A personalidade psíquica, além de possuir os níveis Cs, Pcs e Ics, possui três componentes que representam as forças psíquicas atuando na psique humana (Freud, 1923). Elas são o Eu, Super-eu e Id¹⁸.

O Id (ou /sso) pode ser compreendido como o representante das paixões e instintos, regulado apenas pelo princípio do prazer, isto é, a busca por reduzir o desprazer reduzindo as demandas exercidas pelos instintos sobre o aparelho psíquico (Freud, 1923). Dessa forma, o Id é totalmente inconsciente e atua buscando ter todos os instintos satisfeitos, independente da possibilidade e moralidade.

O segundo componente, o Eu, é onde se localiza a consciência e a percepção, sendo apenas a superfície do Id:

O indivíduo é então, para nós, um Id [um algo] psíquico, irreconhecido e inconsciente, em cuja superfície se acha o Eu, desenvolvido com base no seu sistema Pcp [percepção consciente], seu núcleo. (Freud, 1923, p. 30)

¹⁸ Assim como com o conceito de instinto, há diferentes traduções desses três conceitos. Convencionalmente são traduzidos por Ego, Superego e Id na edição *Standard*, da Imago. Porém, para manter de acordo com a tradução utilizada (Companhia das Letras), utilizaremos Eu, Super-eu e Id.

Segundo Freud (1923), “o Eu é a parte do Id modificada pelo mundo externo”, que “transforma em ato a vontade do Id, como se ela fosse sua própria” e que busca manter coerência interna. O coerentismo de Bonjour apresentado por Cruz-e-Silva e Cavalieri (2021) pode em parte auxiliar no entendimento da coerência do Eu. O Eu possui uma série de crenças que juntas constroem uma noção relativamente coerente de si mesmo. Essa preservação se dá utilizando a energia do próprio Id (Fonseca, 2012). A metáfora utilizada por Freud (1923) é que o Eu é um cavaleiro sobre o Id. O cavalo está sempre indo a algum lugar, resta ao cavaleiro apenas tentar guiar a direção. Freud (1923) coloca parte do Eu como inconsciente pois de forma muitas vezes imperceptível esse Eu trabalha para manter essa coerência afastando para o inconsciente impulsos que poderiam rompê-la.

Por isso, enquanto o Id é composto por instintos atemporais e desordenados, o Eu é a parte do Id modificada pelo mundo externo que visa ordená-los. Essa ligação se dá através de grupos e a linguagem, que ao receber informações do mundo externo, busca repassar ao Id essa influência (Fonseca, 2012). Portanto, podemos dizer novamente o que foi dito no subcapítulo anterior, agora com outras palavras: as instituições, sendo habituadas pelo Eu, tomam parte na tentativa de sujeitar os instintos e ordená-los para os fins adequados pelo Eu-coerente. É no Eu que os hábitos e instituições são internalizados e onde opera o instinto de *workmanship* (Almeida, 2011).

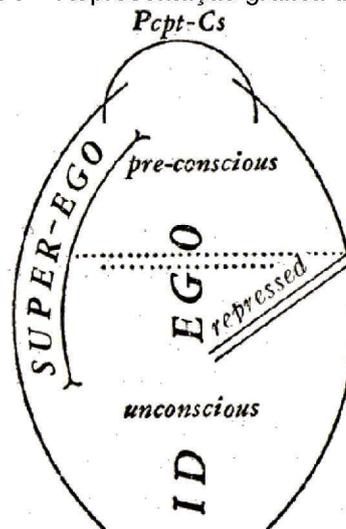
Por fim, o Super-eu (ou ideal de Eu) é uma espécie de juiz do Eu e uma parte dele. Ele emerge da identificação da criança com os pais, particularmente com o pai, assumindo as leis morais e exigindo do Eu seu cumprimento (Freud, 1923). Além disso, é a principal influência na repressão (Freud, 1921). Almeida (2011, p. 10) descreve o seu papel em relação às instituições: “O Super-eu é uma parte externa e não-automática da estrutura social nas atividades mentais das pessoas. É a parte da sociedade que não está intrinsecamente presente nos hábitos de pensamento dos indivíduos.¹⁹” Portanto, segundo Freud (1923), o Eu está sujeito a três forças: à do mundo exterior, às exigências do Id e ao rigor do Super-eu. Este último, tendo em vista a conciliação realizada por Almeida (2011), é uma força do mundo exterior aplicada internamente pelo próprio sujeito.

¹⁹ “The SuperEgo is an external and non-automatic part of the social structure in the mental activities of people. It is part of the society which is not intrinsically present in the individuals’ habits of thoughts” (Almeida, 2011, p. 10).

3.4) CONCLUSÃO

Unindo a noção de inconsciência com a psique tripartida, temos uma noção mais completa — representada na figura 1, construída pelo próprio Freud (1933) — de como se dá em termos metapsicológicos a relação do sujeito com seus instintos e o mundo exterior. Em suma, vimos como a psique possui dois níveis, o consciente e inconsciente, com o pré-consciente como um estágio intermediário beirando o consciente. Vimos o que são instintos para Freud e os comparamos com a percepção de Veblen, assim como o funcionamento da repressão. Por fim, vimos a estrutura psíquica e suas funcionalidades em parte à luz da economia institucional.

Figura 1 – Representação gráfica da psique



Fonte: Freud, 1933, localizada em site²⁰

²⁰ Disponível em: <<https://psicologiaen.wordpress.com/2016/06/12/introduccion-a-freud-y-el-psicoanalisis/>>. Acesso em: 12/08/2022.

4 PSICANÁLISE E ECONOMIA INSTITUCIONAL

4.1) A CLASSE OCIOSA E A PSICOLOGIA DAS MASSAS

Freud (1921) busca construir uma psicologia das massas, ou psicologia social. Através dela, identificar a forma como indivíduos se agrupam e se submetem à vontade coletiva. Ele coloca como causa a tendência à sugestão, que por sua vez resulta em imitação. A justificativa psíquica dessa tendência se dá através de ligações libidinais dos membros de uma massa em relação a um líder ou instituição. Em outras palavras, o amor ou ódio — o desejo de possuir ou destruir (Freud, 1921). Essa ligação ocorre psiquicamente quando os indivíduos se identificam com um mesmo objeto e o adotam como ideal de Eu (Super-eu), substituindo seus ideais por um ideal de grupo e agrupando-se através da identificação comum²¹.

A partir da psicologia das massas, podemos compreender melhor o que Veblen (1899) propôs sobre a classe ociosa. Essa classe se diferencia das outras por empenhar atividades não-produtivas, destacando-se como governantes, guerreiros, religiosos e intelectuais. Sua superioridade é estabelecida através do consumo não-produtivo do tempo, o que demonstra “um senso de indignidade do trabalho produtivo” e como “uma habilidade pecuniária de manter uma vida ociosa” (Veblen, 1899). Ela surge a partir do estabelecimento da propriedade privada, uma vez que é preciso haver a possibilidade de possuir e acumular bens identificados a uma pessoa para que ela possa exibir sua superioridade através da posse²².

A superioridade da classe ociosa é percebida também pelas classes produtivas e, incluindo a psicologia das massas (Freud, 1921), colocada como ideal de Eu no Super-eu das massas. O poder emulativo da classe ociosa (Veblen, 1899) se alastra para demais classes, as sugestionam e provocam a imitação. Emulando a futilidade pelo trabalho produtivo da classe ociosa, as classes produtivas desenvolvem um senso de desprezo pela produção inútil. Segundo Veblen (1899):

²¹ Segundo Freud (1921), o Super-eu é composto por diversos grupos e diversos ideais.

²² Um filme que representa bem a classe ociosa descrita por Veblen (1899) é *Psicopata Americano* (2000). Patrick Bateman, investidor em Wall Street, nada produz e sua ociosidade é até ironizada por outras personagens, insinuando o quão ocupado ele deve estar. O que ocupa sua mente é um profundo narcisismo que busca de todas as formas ser superior aos seus colegas. Busca ter os melhores óculos, as melhores roupas e cartão de visitas. Busca ter o apartamento mais caro e frequentar os melhores restaurantes.

Em uma comunidade onde tão odiosa comparação é realizada habitualmente, o sucesso visível se torna um fim buscado em si mesmo como base de estima. Estima é adquirida e o desprezo é evitado colocando a sua eficiência em evidência. O resultado é que o instinto de *workmanship* funciona como uma demonstração de força emulativa. (Veblen, 1899, p. 16)²³

Dessa forma, o ideal de Eu apreendido pelo Super-eu coloca sobre o Eu um peso normativo sugerindo (com força de imposição) o que o Eu deve ser e ter e o que deve evitar. Por isso, podemos dizer que daí surge o quase-instinto de *workmanship* que opera na relação do Super-eu com o Eu (Almeida, 2011) e que é do Super-eu que advém o poder deôntico descrito por Searle (2005).

Voltaremos a tratar da classe ociosa novamente mais adiante, após colocar as peças da análise psicanalítica da instituição totêmica.

4.2) UM FREUD INSTITUTEUCIONAL: TOTEM E TABU

Freud, assim como Veblen, realiza um estudo antropológico. Totem e Tabu (1912-1913) é dividido em quatro ensaios, sendo o primeiro o mais relevante para o tema em questão, de título “O horror ao incesto”. Nele, Freud (1912-1913) apresenta a cultura de povos primitivos — tribos aborígenes australianas — em relação ao totemismo e o considera como uma de suas funções a instituição da exogamia, isto é, relações sexuais com indivíduos distantes, fora do círculo familiar próximo²⁴. Um totem é um poste que normalmente representa um animal que possui uma relação especial com o clã: é um ancestral comum, mas também um protetor e auxiliador e, caso seja perigoso para outros fora do clã, esse animal protege seus descendentes e poupa seus filhos (Freud, 1912-1913). Segundo ele, “Em quase toda parte em que se vigora o totem também há a lei de que *membros do mesmo totem não podem ter relações sexuais entre si, ou seja, também não podem se casar*. É a instituição de *exogamia, ligada ao totem*” (Freud, 1912-1913, p. 21).

Freud (1912-1913) considera tabu uma palavra de sentidos opostos, como dois lados da mesma moeda, que pode se referir tanto a coisas profundamente

²³ “In any community where such an invidious comparison of persons is habitually made, visible success becomes an end sought for its own utility as a basis of esteem. Esteem is gained and dispraise is avoided by putting one’s efficiency in evidence. The result is that the instinct of *workmanship* works out in an emulative demonstration of force.” (Veblen, 1899, p. 16)

²⁴ Aqui inclui-se não apenas laços sanguíneos, mas todo um grupo tribal é considerado como família.

santas como extremamente impuras. Nesses dois sentidos, há a noção de intocabilidade. O tabu está atrelado a um poder de uma pessoa ou objeto, seja ele inerente, comunicado, adquirido ou imposto. Os tabus visam principalmente a proteção de pessoas e propriedades. Os que entram em contato com os tabus se tornam contaminados e objetos de tabu, tornando suas punições necessárias para purificá-los da infração. Segundo Freud (1912-1913), é como se a pessoa se tornasse portadora da mesma “energia mística” (mana) contida no tabu e se tornasse capaz de propagá-la. Além desses citados, também podem ser considerados como tabus as propriedades privadas (armas, roupas, utensílios) e até mesmo nomes próprios.

Freud (1912-1913) afirma que o totem é uma instituição. Porém, para nos certificarmos, é importante nos debruçarmos sobre ela com a intenção de visualizar com mais clareza se o totemismo é composto de regras e hábitos. Podemos começar com o modelo proposto por Searle (2005), o de atribuição de função de status em que X conta como Y em Z. Codificando para essa estruturação de regras: o totem conta como proibição do incesto naquelas sociedades primitivas²⁵. Um poste com a figura de um animal naturalmente não possui nenhuma função de status por si só. Foi necessário que os membros daquela sociedade atribuíssem essa função regulatória com a finalidade de evitar o relacionamento familiar próximo.

A vida social de cada tribo é centralizada no totem. Ao redor dele encontram-se várias práticas cerimoniais nas quais a população toma parte, como rituais em que imitam movimentos do animal representado no totem, que é como uma espécie de protetor espiritual do qual o grupo é descendente. Portanto, não somente a proibição do incesto foi atrelada como função de status ao totem, como os diversos fatores importantes para a organização social dos aborígenes australianos. O totem é herdado por parte materna, de forma que se um homem assumir o totem da esposa e tiver um filho, este não poderá se relacionar com qualquer de suas mães ou irmãs do mesmo totem, quer tenham laços sanguíneos ou não (Freud, 1912-1913).

Ainda sobre os hábitos, Freud (1912-1913, p. 30-31) os evidencia ainda mais explicitamente:

²⁵ Se utilizarmos o modelo de Crawford & Ostrom (1995): é proibido se relacionar com pessoas do mesmo totem, ou então será punido.

Mas o horror ao incesto, entre esses povos, não se contenta a criar as instituições mencionadas, que nos parecem dirigidas principalmente contra o incesto grupal. Temos de acrescentar-lhes uma série de 'costumes' que impedem a relação de parentes próximos em nosso sentido, que são mantidos com seriedade quase religiosa e cujo propósito nos parece inequívoco. Tais costumes ou interdições podem ser chamados de 'impedimentos'. Sua difusão ultrapassa em muito os povos totêmicos australianos.

Ele passa a relatar vários hábitos em diversas sociedades primitivas que restringem a interação de pessoas específicas da mesma família. Como nas ilhas das Novas Hébridas, o filho ao atingir certa idade deixa sua casa e pode visitá-la novamente para pedir alimentação, porém se a irmã estiver presente, ele não pode permanecer para a refeição. O garoto não pode seguir as pegadas na areia de sua irmã e caso eles se encontrem, ela precisa correr ou se esconder. A partir da puberdade, ele não pode pronunciar o nome da irmã, entre inúmeros outros exemplos de mesmo teor.

Em suma, os hábitos em função do totem apontam claramente para os objetos que seus indivíduos não devem escolher para satisfazer seus instintos, como já elucidado por Almeida (2011)²⁶. Além disso, regras restritivas acabam por criar novas possibilidades de ação. Como Hodgson (2004, p. 4) disse:

instituições podem tanto restringir como permitir comportamentos. Geralmente, a existência de regras implica em restrições. Entretanto, restrições podem abrir novas possibilidades: pode permitir escolhas e ações que previamente não existiriam²⁷.

Freud (1912-1913) indica que se há uma proibição, há também um desejo. Ora, se não houvesse desejo de possuir determinado objeto para satisfação de instintos, não haveria razão para uma regra que proibisse sua obtenção. Dessa forma, precisamos investigar se, no caso dos povos estudados por Freud, haveria desejos que requeressem proibições.

²⁶ Como se trata de regras institucionalizadas, poderíamos pegar emprestado a formulação sintática de Crawford & Ostrom (1995) para codificarmos as regras totêmicas instituindo a exogamia: não é permitido relações sexuais entre membros do mesmo totem, ou então, será punido com a morte. O mesmo pode ser feito em relação aos demais hábitos ao redor do totem, transformando-os em regras, normas ou declarações. Codificando hábitos em linguagem, podemos ter noções mais claras dos conteúdos inconscientes compartilhados pelos membros da tribo e aplicar o mesmo princípio a outras instituições.

²⁷ "Institutions both constrain and enable behaviour. Generally, the existence of rules implies constraints. However, the constraint can open up possibilities: it may enable choices and actions that otherwise would not exist. (Hodgson, 2004, p. 6)

Freud (1912-1913) investiga a origem da exogamia. Ele sugere que ela é antecedente ao totemismo e se origina nos primórdios da humanidade. Adotando uma hipótese de Darwin, Freud argumenta que no período em que os seres humanos se organizavam em hordas, tais como grupos de gorilas, o homem proeminente tinha várias esposas e era ciumento com elas. O Pai ciumento então impunha a regra que impedia sua prole de se relacionar com suas esposas, expulsando seus filhos que conseqüentemente iriam ter suas próprias hordas. Ele vai além e elabora uma espécie de mito fundante para as proibições e do totemismo, baseada na experiência clínica com crianças e na antropologia dos sacrifícios de animais para fundamentar sua interpretação psicanalítica.

Ele observou que é algo comum nas crianças deslocar a “castração” paterna, isto é, a frustração de alcançar um objeto por meio da proibição, para animais, temendo-os em lugar do pai como uma forma de reprimir o medo em relação ao pai²⁸. Além disso, identifica que nos grupos totêmicos o sacrifício e consumo de animais do totem tinha uma conotação de identificação entre os membros do grupo desse totem e com o animal sacrificado.

Juntando as peças espalhadas, chegou a uma possibilidade que explicaria a integração de todas elas de forma coerente. Os filhos expulsos pelo pai ciumento, que era temido e invejado, se organizariam para matá-lo e consumi-lo, adotando as suas forças, identificando-se com ele e superando as proibições impostas. Mas como estes também amavam e admiravam o pai, tão logo realizassem o ato sentiriam culpa por tê-lo feito. Dessa forma, entraram numa situação psíquica de obediência à posteriori, na qual, arrependidos, decidiram proibir o assassinato do pai e não tomar as mulheres recém libertadas — que por sua vez causaria a destruição da sociedade estabelecida devido à competição entre os irmãos. Assim como nos casos clínicos infantis relatados por Freud (1912-1913), deslocaram a figura paterna a um animal totêmico e estabeleceram com ele uma espécie de contrato: o pai oferece proteção em troca de honra²⁹. Com essa síntese, ele explica a instituição do totem e das regras contra o homicídio e o incesto. Seria essa a origem do complexo

²⁸ Para as referências clínicas, ver Freud (1912-1913), p. 196-203.

²⁹ É interessante notar como, ao menos no caso do totem, a atribuição de status se deu justamente através do mecanismo inconsciente de deslocamento. Foi através de uma cadeia de associações que a função de status foi atribuída a um objeto que não possui a função intrínseca que coletivamente foi dada a ele.

de Édipo — que encontra eco na peça de Sófocles e que pode ou não ser superado por toda criança — de desejar a mãe, tomando o lugar do pai.

O tabu, principalmente o do incesto, possui uma característica civilizatória. É fundamentalmente o respeito ao tabu, isto é, o aprisionamento dos instintos sexuais mais primitivos, que mantém estável a civilização, incluindo as instituições (Mezan, 2005). Ora, limitar os impulsos mais básicos no núcleo social mais basilar — a família — serve de fundamento para a restrição de impulsos nas demais relações menos próximas e que envolve outros laços afetivos. Para melhor compreendermos isso, precisamos lembrar da interação entre hábitos e instituições. Como Hodgson (2004) escreveu, “instituições são estruturas sociais com capacidade de causação descendente, agindo sobre hábitos arraigados de pensamento e ação.” Com uma imposição descendente por parte da instituição familiar sobre quais objetos a criança pode desejar, quando pode obtê-lo e de que forma, as regras e hábitos referentes aos instintos mais básicos, como o sexual, começam a se formar e fundam o alicerce para os demais hábitos.

Dessa forma, podemos compreender melhor o porquê das punições drásticas impostas pelas civilizações primitivas analisadas por Freud (1912-1913) e porque ele coloca que o indivíduo que toca ou pratica o tabu também se torna tabu. Em outras palavras, o indivíduo que se permite, acidentalmente ou não, tomar um tabu como objeto de desejo e realizá-lo, torna-se ele também um perigo para os demais. Este sujeito rompeu com a ordem institucional estabelecida, arriscando transformá-la com novos hábitos de pensamento e comportamento indesejáveis para o grupo. Como forma de controle e prevenção, a sociedade habituou-se a tornar o próprio infrator um tabu para que essa ordem seja preservada. A transformação em tabu revela que esse indivíduo tem uma capacidade de influenciar outros para romper com a ordem, tornando-se um “tentador” (Freud, 1912-1913). Para preservar a ordem civilizatória, se torna necessário transformar esse indivíduo em tabu e impor a punição adequada, seja a morte ou rituais de purificação. Isso expõe o efeito de emulação (Veblen, 1899) explorado anteriormente, de que o comportamento de um influencia o dos demais.

Antes de prosseguirmos sobre os tabus, já que dispomos os principais fundamentos teóricos da psicanálise e o totemismo, podemos discorrer sobre algumas proposições de Hodgson (1997, 2006). Segundo Hodgson (1997, p. 664), “regras são padrões condicionais ou incondicionais de pensamento ou

comportamento que podem ser adotados consciente ou inconscientemente por agentes”³⁰. Ainda segundo ele, “para serem eficazes no contexto social, regras nunca podem ser pura ou totalmente uma questão de deliberação consciente” (Hodgson, 2006, p. 127). Apesar de ele usar o termo “inconsciente” nesses trechos, é difícil chegar a alguma definição e é arriscado supor que ele usa a mesma concepção de inconsciente que a psicanálise. Porém, podemos ter uma pista com as suas considerações em relação à intencionalidade de comportamentos.

Hodgson (2006) delimita a intencionalidade de um comportamento para a atividade consciente. Do contrário, estendendo a intencionalidade ao comportamento inconsciente, não haveria distinção entre uma ação ou um “mero movimento” (como o piscar de olhos). Dessa forma, poderíamos afirmar que Hodgson (2006) considera como inconsciente movimentos automáticos do corpo. Mas se nos limitássemos a interpretar o que Hodgson entende por inconsciente dessa forma, não conseguiríamos conciliar com a sua primeira afirmação de que regras podem ser adotadas consciente ou inconscientemente, afinal, a adesão a regras não está relacionada a tropismos (reações automáticas que não passam pela deliberação consciente). Portanto, para tentarmos dialogar com essas considerações, resta-nos apenas assumir que Hodgson (1997, 2006) não está se referindo ao inconsciente psicanalítico e considerar como inconsciente para ele tudo o que escapa da percepção consciente — seja o inconsciente psíquico, sejam os tropismos³¹.

Considerando o que já vimos sobre as regras do totem e a estrutura psíquica, caso tenhamos compreendido Hodgson (1997, 2006) corretamente, as regras de fato são adotadas consciente ou inconscientemente por agentes e hábitos são predominantemente inconscientes. Isso nos ajuda a entender o que ele escreveu sobre as instituições serem não apenas hábitos de comportamento, mas também de pensamento (Veblen, 1899; Hodgson, 2006). Da mesma forma como a família real não desaparece enquanto todos dormem, o totem também continua existindo enquanto não há atividade concreta. Isso ocorre, pois a função de status atribuída ao totem é compartilhada por todos e as regras em torno dele já foram internalizadas na subjetividade do grupo; todos compartilham em seus inconscientes as mesmas

³⁰ “Rules are conditional or unconditional patterns of thought or behaviour which can be adopted either consciously or unconsciously by agents” (The ubiquity of habits and rules, 1997, p. 664)

³¹ Aqui possivelmente nos falta conhecimento da psicologia de William James.

repressões e culpas. O conteúdo das regras permanece constante no inconsciente de forma a manter uma existência ontologicamente subjetiva (Searle, 2005) sem que esta seja comprometida com a ausência de comportamento como quando todos estão dormindo. Afinal, como Freud (1900) demonstra, o conteúdo da mente não desaparece ao dormir. Pelo contrário, é pelo sonho que aquilo que se encontra escondido se manifesta mais livremente, sem a repressão dos censores. Em outras palavras, as mesmas regras que estão ativas enquanto todos estão despertos continuam a permear a psique durante o sono, havendo a possibilidade de serem quebradas por meio da realização de desejo dos sonhos. Já quanto à intencionalidade do comportamento, por haver maior complexidade filosófica, não poderemos tratar aqui adequadamente e requer mais pesquisas.

Uma vez realizadas as conexões da psicanálise com as proposições de Hodgson (1997, 2006), podemos seguir com uma última característica dos tabus: a sua semelhança com a neurose obsessiva³². A transmissibilidade pelo contato é análoga à cadeia associativa da neurose obsessiva, que encontra novos objetos para fixar o pensamento³³. Freud (1912-1913, p. 65) resume a relação entre o tabu e a neurose obsessiva da seguinte forma:

O tabu é uma proibição antiquíssima, imposta do exterior (por uma autoridade) e voltada contra os mais fortes desejos do ser humano. A vontade de transgredi-lo continua a existir no inconsciente; aqueles que obedecem ao tabu têm uma postura ambivalente quanto ao alvo do tabu. A força mágica a ele atribuída remonta à capacidade de induzir em tentação; ela age como um contágio, porque o exemplo é contagioso, e porque o desejo proibido desloca-se para outra coisa no inconsciente. Expiar a violação do tabu com uma renúncia mostra que na base da obediência ao tabu se acha uma renúncia.

Discorrendo com mais detalhes sobre a relação do tabu com a neurose obsessiva, Freud (1912-1913) aponta outro fator importante: o da ambivalência. A ambivalência é uma condição bastante natural e universal do indivíduo em relação a um objeto no qual sente sentimentos opostos simultaneamente. O neurótico obsessivo é o que tem dificuldade de conciliar essas oposições e visa anular uma

³² É uma semelhança “externa”, não “interna”. Com isso, Freud (1912-1913) está dizendo que apesar de os mecanismos se aproximarem, não são idênticos. Um se trata de um fenômeno social, o outro uma patologia individual. Ainda assim, é possível encontrar paralelos para a compreensão mútua dos fenômenos.

³³ “Essa transmissibilidade do tabu reflete a inclinação do impulso inconsciente, demonstrada na neurose, de constantemente deslocar-se para novos objetos por vias associativas” (Freud, 1912-1913, p. 64).

em detrimento da outra. Se Hodgson (1997) trouxe a onipresença dos hábitos e regras, Freud (1912-1913) traz a onipotência dos pensamentos, que no neurótico obsessivo decorre em parte da inaptidão para lidar com a ambivalência. Identificado como um resquício do período animista da humanidade, no qual o ser humano utilizava de meios mágicos para interagir com o mundo — rituais e fantasias nos quais cria-se que os pensamentos pudessem modificar o mundo concreto — a onipotência dos pensamentos transformam um pensamento perigoso para a coerência interna do Eu em um perigo real, amplificando-o e gerando diversas patologias³⁴.

Dessa forma, para um indivíduo cujo Eu consciente admite reconhecer apenas o aspecto positivo de um objeto ambivalente, renegando o aspecto negativo para o inconsciente, esse pensamento negativo continua ativo no inconsciente e poder e tomar proporções maiores. O neurótico supervaloriza esses pensamentos e elabora inúmeras regras e hábitos para obedecer, com medo de que o “ou então” da sintaxe institucional manifeste concretamente o pensamento que o indivíduo renega. Além disso, outra forma comum já implícita decorrente da incapacidade de lidar com a ambivalência (não limitada a neuróticos obsessivos) está em compensar com o aspecto positivo do objeto. Excessos de afeição mascaram o ódio, excesso de devoção, a hostilidade.

A ambivalência dos tabus é exemplificada através de alguns tabus, dos quais iremos citar apenas um: o tabu dos governantes, que se manifesta por uma série de hábitos que visam limitar ou dificultar as suas possibilidades de ação. Aí há ambivalência no sentido de que o governante é uma figura poderosa e temida, ao qual a população precisa ter reverência. Ao mesmo tempo, o excesso de cuidado para com o governante revela em medida proporcional hostilidade. Se de uma forma muito poder é dado a um indivíduo, uma série de regras e hábitos são também

³⁴ Freud chega a comparar os estágios de desenvolvimento da humanidade com os estágios de desenvolvimento do indivíduo: “Se é lícito vermos, na demonstrada onipotência de pensamentos entre os primitivos, uma evidência em favor do narcisismo, podemos arriscar uma comparação entre as etapas de desenvolvimento da concepção humana do universo e os estágio de desenvolvimento libidinal do indivíduo. Então a fase animista corresponde, tanto cronologicamente como em termos de conteúdo, ao narcisismo; a fase religiosa, ao estágio de eleição de objeto, caracterizado pela ligação aos pais; e a fase científica tem sua plena contrapartida no estado maduro do indivíduo que renunciou ao princípio do prazer e busca seu objeto no mundo exterior, adequando-se à realidade” (Freud, 1912-1913, p.142). Anne Mayhew (1987) diz que Veblen adota um sistema não teleológico e não etnocêntrico da evolução social. Isso o coloca à frente de Freud nesse sentido.

instituídos para compensá-lo — há aí uma mistura de devoção e ressentimento; proteção e medo.

É importante salientar que Veblen (1899) também tem contribuições sobre os tabus de governantes. Segundo ele, ao falar sobre o tabu do trabalho da classe ociosa, identifica em um tabu de governante uma relação com a classe ociosa:

Assim, por exemplo, somos informados de certos chefes polinésios que, sob a obrigação de manter boa forma, preferiram passar fome a levar a comida à boca com as próprias mãos. É verdade que essa conduta pode ter sido devida, pelo menos em parte, a uma excessiva santidade ou tabu ligado à pessoa do chefe. O tabu teria sido comunicado pelo contato de suas mãos, e assim tornaria qualquer coisa tocada por ele imprópria para alimentação humana. Mas o tabu é ele próprio um derivado da indignidade ou incompatibilidade moral do trabalho; de modo que, mesmo quando interpretada nesse sentido, a conduta dos chefes polinésios é mais fiel ao cânone do lazer honorífico do que parece à primeira vista. (Veblen, 1899, p. 33-34)³⁵

Esse comentário salta aos nossos olhos, pois Freud (1912-1913), ao falar sobre o *mana* — o poder mágico emitido por certas pessoas e objetos — relata que os membros de maior *mana* nas populações estudadas são os líderes e sacerdotes, ou seja, membros da classe ociosa. É possível supor que, no caso do poder mágico emitido por pessoas, a quantidade de *mana* é em alguma medida proporcional à sua superioridade na classe ociosa. Freud (1921) corrobora essa ideia ao dizer que os líderes, que possuem *mana*, são os que possuem a capacidade de sugerir; em outras palavras, de seu comportamento ter mais poder de influenciar a emulação de outros. Essa possibilidade explicaria mais adequadamente a ambivalência em relação aos governantes em específico e à classe ociosa em geral. A superioridade do governante é tamanha que é indigno envolver-se em qualquer tipo de trabalho produtivo, ao ponto que exercer qualquer atividade que não exiba a sua superioridade é restrita. A ambivalência inconsciente se manifesta nisto: por um lado, há o desejo de ser como os detentores do *mana*, adotando-os como ideal de Eu (internalizando-os no Super-eu); por outro, a mesma hierarquia que os colocou

³⁵ “So, for instance, we are told of certain Polynesian chiefs, who, under the stress of good form, preferred to starve rather than carry their food to their mouths with their own hands. It is true, this conduct may have been due, at least in part, to an excessive sanctity or tabu attaching to the chief’s person. The tabu would have been communicated by the contact of his hands, and so would have made anything touched by him unfit for human food. But the tabu is itself a derivative of the unworthiness or moral incompatibility of labour; so that even when construed in this sense the conduct of the Polynesian chiefs is truer to the canon of honorific leisure than would at first appear.” (Veblen, 1899, p. 33-34)

nessa posição acusa os que estão abaixo dela de não fazerem parte do topo, provocando ressentimento consciente e inconscientemente. Como consequência, uma série de hábitos e regras se manifestam, provavelmente sendo justificados por meio de racionalizações, como Edie (1922) identificou como uma das formas de adaptação frente a uma estrutura institucional rígida. Esses hábitos limitam as ações dos governantes de forma bastante dialética, tal como é a ambivalência: a ausência de envolvimento no trabalho produtivo que garante a superioridade é a mesma que limita as ações mais básicas, ao ponto de o indivíduo mais respeitável passar fome, refém da própria hierarquia que o elevou.

4.2) UMA POSSÍVEL CONCILIAÇÃO INSTITUCIONAL-PSICANALÍTICA

É importante reforçar que Freud, mesmo sem uma teoria sobre o funcionamento das instituições e hábitos, acabou por tocar nesses temas por uma perspectiva psicanalítica. Suas hipóteses sobre o totem e o tabu visavam efetivamente explicar a origem do social e da cultura, embora não sejam suficientes para atingir esse propósito (Mezan, 2005). Schneider (1948) concorda:

O complexo de Édipo e fenômenos relacionados de fato são a base para toda a teoria de sociedade de Freud: ele toma as instituições, para fins práticos, como fenômenos de psicologia clínica. Portanto, ele insta que há uma 'correspondência psicológica entre o tabu e neurose compulsiva'. Mesmo onde os fatos com os quais ele lida, como em Totem e Tabu, são inequivocamente sociais ou culturais, seu procedimento é 'abordar os fatos como apresentados para análise, assim como se formassem os sintomas de uma neurose'. Ele nunca teve sucesso em preencher a lacuna entre o psicológico e os fenômenos institucionais, exceto na condição de psicologizá-los completamente. (Schneider, 1948, p. 105)³⁶

Freud (1913a, p. 360) afirma que a psicanálise pode ser interessante para a sociologia, pois traz uma série de *insights*³⁷, mostrando que as "forças que promovem a restrição e repressão dos instintos por parte do Eu se originam essencialmente da docilidade ante as exigências da civilização". Também podemos

³⁶ "The Oedipus complex and related phenomena in fact afford a basis for Freud's entire theory of society: he takes institutions, for all practical purposes, as clinical psychological phenomena. Thus, he urges that there is a 'psychological correspondence between taboo and compulsion neurosis'. Even where the facts he deals with, as in Totem and Taboo, are unequivocally social or cultural, his procedure is to 'subject the facts as stated to analysis, just as if they formed the symptoms of a neurosis'. He never succeeded in bridging the gap between psychological and institutional phenomena except on condition of virtually completely psychologizing the latter" (Schneider, 1948, p. 105).

³⁷ Para conferir todos, ver a seção g de O interesse da psicanálise (Freud, 1913a).

afirmar que traz *insights* interessantes para a economia institucional, que tem como objeto de estudos esses temas cuja origem Freud em parte também buscou se debruçar. Entretanto, o próprio Freud (1912-1913) admitiu as limitações de aplicar indiscriminadamente casos clínicos como a neurose obsessiva ao nível social, uma vez que ele diz que “o tabu não é uma neurose e sim uma instituição social. Cabe-nos então a tarefa de identificar onde se acha a diferença e princípio entre a neurose e uma criação cultural como o tabu” (1912-1913, p. 117).

Schneider (1948) explora as limitações sociológicas da psicologia freudiana e sua relação com a teoria social vebleniana. Ele propõe que é possível ir além de analogias — como a que Freud identificou entre a neurose obsessiva e o tabu — e é possível realizar análises psicanalíticas e sociológicas sem que uma acabe por “engolir” a outra. Essa compatibilidade se dá pela interação interdependente entre os dois âmbitos. Como Schneider (1948) discorre, a cultura estabelece objetivos, mas não objetivos quaisquer; objetivos que ressoem com indivíduos daquela cultura, gerando prazer ou entusiasmo. E os indivíduos também não são quaisquer indivíduos, mas que possuem o aparato psicológico para sustentar esses objetivos e percebê-los como interessantes. Dessa forma, o âmbito institucional e individual interagem de forma “mutuamente condicionante”. Em suma, o método proposto por Schneider (1948) abrange a identificação de conexão (não identidade) entre o nível institucional e individual, que há interdependência entre os níveis e que há graus de congruência e reforço entre esses níveis. A ponte para a interação entre o indivíduo e o social, como já vimos, é o Super-eu.

Um exemplo que Schneider (1948) traz dessa interação são as consequências psicológicas das mudanças institucionais da Reforma Protestante. Segundo a análise trazida por ele, a Igreja Católica ofereceria uma forma organizada e objetiva para externalizar suas culpas, permitindo que um tribunal autoritativo garanta uma segurança visível de seu perdão. Ao contrário, nas igrejas protestantes onde o papel das instituições tornou-se muito mais discreto, não haveria uma garantia visível desse perdão, fazendo com o que o indivíduo se sentisse inquieto quanto à sua salvação. A inquietação o moveria para a realização de obras que pudessem testificar para si mesmo e para os outros o seu status de salvo. A angústia psíquica se manifestaria como diligência para produzir, cujo êxito era por sua vez visto como uma marca de salvação.

Uma vez que já realizamos a interação da psicanálise com a economia institucional, podemos ver um exemplo de integração. Schneider (1948) aplica sua metodologia à classe ociosa e o faz através da estrutura de personalidade neurótica, que tem como uma de suas principais características o ímpeto por demonstrar superioridade, seja ela moral, financeira, de conhecimento ou limpeza. Antes de avançarmos na análise de Schneider (1948), cabe desenvolver um pouco mais sobre o que ele chama de personalidade neurótica.

Almeida (2011) afirma que por emulação os indivíduos aprendem quais objetos eles podem desejar e como alcançá-los. Através da interação com hábitos e instituições, o indivíduo aprende o que ele deve desejar de forma a passar a desejar o objeto apresentado a ele. Entretanto, há um fenômeno interessante particular de indivíduos que apresentam características neuróticas-obsessivas que fogem a essa regra. Isso se dá devido ao que Freud chama de caráter sádico-anal da neurose obsessiva (Freud, 1913b).

Segundo Freud (1918), durante os primeiros anos de desenvolvimento da criança ela começa a descobrir o funcionamento de seu aparelho excretor. Descobre o prazer de segurar o excremento, de liberá-lo todo de uma vez, de brincar com ele, etc.. A criança vive uma espécie de anomia na qual pode desfrutar livremente da sujeira em que ela mesma pode realizar sem impedimentos sua busca instintual por prazer. Isto é, até que os pais a eduquem indicando com regras como ela pode satisfazer o prazer da evacuação: obedecendo a horários, lugares e mantendo a higiene. Dessa forma, o esperado é que a criança submeta seu prazer anárquico às regulações familiares colocando a forma normal de evacuação como meta de satisfação dos instintos. O que ocorre, entretanto, é que a depender da ênfase e no modo como essas regras são apresentadas e cobradas, a criança pode não adotar a forma de evacuação como meta — embora obedeça e evacue como ensinada. Ao invés disso, ela passa a colocar o cumprimento das regras como a fonte de prazer dos instintos. Há um deslocamento entre a meta inicial anárquica para uma fixação nas regras, aprendendo como forma adequada de satisfazer seus instintos não a forma normal de evacuação, mas o próprio cumprimento de regras em si.

O deslocamento neurótico pode explicar a característica identificada por Schneider (1948) de demonstração de superioridade dos neuróticos-obsessivos. Uma vez que o prazer tornou-se condicionado ao cumprimento de regras, o descumprimento de padrões muitas vezes estabelecidos pelos próprios neuróticos

resulta em enorme desprazer. Como ele apontou, um dos recursos usados por neuróticos para preservar sua coerência de Eu é projetar aos outros as falhas que inconscientemente percebe em si (Schneider, 1948). Dessa forma, para manter coerente a ideia sobre si de que cumpre todas as regras (mantendo assim um ganho de prazer), precisa se ver como superior aos outros, nos quais seus defeitos são identificados.

Outra face da mesma moeda é que a ênfase no cumprimento de regras gera constante dúvida e insegurança quanto ao próprio valor. Ora, se o prazer foi condicionado primeiro à aprovação parental — posteriormente ao cumprimento de regras em geral — o senso de segurança e valor do indivíduo passa a estar preponderantemente nas mãos do outro. Esse “outro” é internalizado no Super-eu, que age como um constante crítico interno ao Eu e estimula a necessidade de se mostrar superior aos outros, mas, em última instância, criando para si mesmo uma ilusão de perfeição. Por isso Schneider (1948) pontua que o neurótico vive em um estado de auto engano; em constante julgamento, busca compulsivamente se mostrar como um perfeito cumpridor de regras para escapar das punições decorrentes de seus descumprimentos — punições essas que o próprio Super-eu acusa, julga e executa.

Além de identificar características de personalidade neurótica, Schneider (1948) também identifica algumas características importantes da análise vebleniana sobre a classe ociosa: o consumo conspícuo, que suscita a proeza pecuniária do consumidor e provoca rivalidades; a mobilidade do dinheiro, no contexto de uma sociedade com alta mobilidade social dentro de alguns limites; o fato de o dinheiro imputar excelência ou valor em pessoas e objetos; a hierarquização de pessoas (pela quantidade de posses) e objetos (pelo preço) como normas; a impessoalidade e anonimidade do dinheiro, fator importante para a impessoalização de relações sociais.

Unindo os *insights* psicanalíticos e veblenianos, podemos ver como o fato institucional de que o dinheiro e objetos têm a função de conferir superioridade pode ser utilizado para a busca neurótica de superioridade. A mobilidade do dinheiro permite essa manifestação de superioridade de forma “democrática” e a impessoalidade do dinheiro, uma indiferença de quem está comprando ou a quem o prestígio é atribuído (Schneider, 1948).

Não podemos afirmar que os elementos da classe ociosa sejam os mesmos do neurótico. Não há identidade, mas há conexão, já que a busca por poder e demonstração de superioridade encontra uma forma institucionalizada de ser buscada. Além disso, as normas pecuniárias estimulam e reforçam essa busca. Portanto, há congruência entre o nível institucional e o nível psicológico (Schneider, 1948). É possível questionar a prevalência das características neuróticas na sociedade em geral. Por ora, basta dizer que os pacientes que são tratados clinicamente são produtos da cultura e as mesmas características podem ser encontradas espalhadas pelo restante da sociedade, mesmo que atenuadas (Schneider, 1948).

A partir dos traços neuróticos levantados até agora, podemos abordar a microeconomia tradicional para ilustrar uma possível interpretação psicanalítica-institucional aplicada à metodologia econômica. A microeconomia tradicional estabelece uma série de axiomas que definem o comportamento do agente e coloca como objetivo do consumo individual a completude, felicidade e bem-estar; podendo ser usados como sinônimos (Varian, 2015). Entretanto, ao invés de categorizarmos esse agente como um indivíduo abstrato saudável, percebemos traços patológicos nele. Apesar de o agente poder ser reprogramado para economizar uma parcela de sua renda como uma preferência dada de antemão, a busca por sempre maximizar sua satisfação parece exibir uma inabilidade a consumir menos do que o possível; conseqüentemente tendo um prazer menor que poderia ter caso consumisse mais. Entretanto, é justamente a incompletude do sujeito diante do real — a “castração”, como utilizado em termos psicanalíticos — que constitui esse sujeito que intrinsecamente está em falta. O caráter patológico desse agente consumidor sugere uma busca constante para anular através do consumo qualquer falta em si. Um comportamento compulsivo, dado que a falta sempre existirá, e o agente sempre busca mais satisfação para preenchê-la. Ao colocar a felicidade no consumo, exclui-se a possibilidade de que o indivíduo possa se conformar com a incompletude real ou que, ao consumir, esteja na verdade fazendo a si mesmo infeliz através do consumo. Isso não significa que não há algum prazer na própria infelicidade. Mas não se trata de uma qualidade do bem (se é normal ou um “mal”, ou ainda um vício de consumo do agente), mas constitutivo do próprio sujeito que pode escolher consumir para manter-se num ciclo de repetição doentio — e de alguma forma prazeroso — ao invés de lidar com as raízes do que o mantém estagnado na

repetição. Não se trata, portanto, de um cálculo entre prazeres; o sujeito provavelmente nem possui acesso à informação do quão prazeroso seria romper com a repetição. Trata-se de uma escolha por um desprazer já conhecido (e aí encontrar algum prazer) em detrimento de assumir o risco de se haver com suas faltas não tão bem conhecidas conscientemente.

Essa crítica nos leva a questionar os arranjos institucionais nas sociedades capitalistas e as teorias justificadoras (ou racionalizadoras) desse comportamento institucionalizado. Percebe-se um mascaramento das reais motivações humanas em favor de comportamentos que perpetuam as instituições de consumo. Uma das formas mais evidentes através das quais o consumo é colocado como meio eficaz de satisfação psíquica é o marketing. Sobre isso, Gruchy (1968) reforça sobre a opinião neoinstitucionalista — que poderia muito bem ser atribuída aos institucionalistas originais — que as empresas induzem a demanda por meio do marketing e outras estratégias de venda.

Um exemplo de como os mecanismos de motivação de compra são explorados são os movimentos recentes de *aesthetics* (estéticas). Eles ocorrem predominantemente nas redes sociais e surgiram a partir de 2010, mas passaram a ter uma intensidade muito maior a partir de 2020 (Reggev, 2020; Hall, 2020; Coutinho, 2020). Valorizam estéticas alternativas expondo visuais, ambientes e estilos de vida de determinada subcultura para vender produtos relacionados a ela. Podemos citar o estilo *dark academia*, que valoriza ambientes escuros, medievais, com roupas semelhantes às dos anos 1940 em tons de verde musgo, marrom, cinza ou preto. Também há valorização de livros antigos, literatura clássica e intelectualidade. Outro estilo ainda mais predominante é denominado *cottagecore*, que valoriza uma vida bucólica simples. É caracterizado por roupas tradicionais, alimentos típicos do campo, jardins, móveis antigos, etc. Todos esses estilos são acompanhados da venda dos produtos que são por eles valorizados, como papéis de parede e produtos de beleza.

Ora, a ênfase na busca por um estilo de vida no campo não é recente. O movimento literário do arcadismo, do século XVIII, também tinha essa ênfase, assim como no urbanismo.³⁸ Percebemos que essa tendência ocorre em diferentes

³⁸ O jornalista Ebenezer Howard, no final do século XIX, propôs um plano de cidade para repovoar as áreas rurais ao redor de Londres (Jacobs, 1961, p.16-17). Segundo Jacobs (1961), Howard detestava

momentos da história, em diferentes formas de expressão artística e por diferentes razões³⁹. Mas nos casos de *aesthetics* citados acima apresentam algumas características peculiares apenas a eles. A primeira é o caráter mercadológico. O estilo de vida é apresentado como produto e os produtos são meios necessários para alcançar esse estilo de vida. Ou seja, para ser é preciso consumir. Com a mercadorização de um estilo de vida, a distância entre consumir e ser é drasticamente reduzida a ponto de ser facilmente confundida. Em outras palavras, o estilo de vida visto inicialmente como alvo de consumo passa a transformar o próprio consumo em um estilo de vida — em hábitos —, tendo a estética A ou B apenas como uma força de identificação para motivar esse consumo. Essa peculiaridade não é restrita a esse movimento, podendo ser identificada também em outros estilos de vida vigentes em décadas anteriores. Para entender melhor esse fenômeno específico, precisamos nos ater à outra característica que está diretamente atrelada ao momento no qual essas tendências estéticas ganharam mais força.

Com o início da pandemia de COVID-19 em 2020, foi necessário restringir a interação social física. Além disso, a constante tensão e medo causados pela proximidade da morte — seja a própria ou de parentes e pessoas próximas — amplificou ainda mais o sofrimento psíquico. Diante da dor do isolamento, do medo e da morte, torna-se compreensível o aumento do consumo de produtos relacionados aos estilos estéticos como uma forma de lidar com a realidade. Eles oferecem a sensação de pertencimento, de fazer parte de um movimento, buscando compensar o isolamento. Também oferecem fuga de espaço — demandada devido ao isolamento nas próprias residências — como no caso do *cottagecore* e afins; e de tempo — devido às dificuldades do presente no momento da pandemia — como no caso do *dark academia* e semelhantes. Em suma, em uma situação em que a realidade se impõe de forma dura, o comportamento institucionalizado de consumo se manifesta como uma forma de alívio através da identificação dos indivíduos com determinados estilos propagado por emulação pelas redes sociais.

Psicanaliticamente, podemos identificar esse movimento ao caráter obsessivo. A realidade é imposta como extremamente ambivalente, quebrando a

as cidades e seus equívocos, considerando uma desgraça e uma afronta à natureza as pessoas viverem tão aglomeradas e de forma precária. Nas Cidades-Jardim, os pobres poderiam viver em contato com a natureza.

³⁹ Para conferir as motivações dessa tendência na literatura, ver *História da Literatura Ocidental*, de Otto Maria Carpeaux (2008).

coesão interna do Eu de grupos que podiam ter uma perspectiva ideal do presente — no caso, o público alvo dos *aesthetics*, jovens e adolescentes da geração Z (Reggev, 2020; Hall, 2020; Coutinho, 2020). O sofrimento é, então, reprimido e substituído pela fuga na fantasia. Como Freud (1912-1913, p. 120) escreveu sobre a neurose obsessiva:

Do ponto de vista genético [de gênese], a natureza associada da neurose resulta de sua tendência original de escapar de uma realidade insatisfatória, rumo a um prazeroso mundo de fantasia. O mundo real, evitado pelo neurótico, é governado pela sociedade dos homens e pelas instituições que eles criaram conjuntamente; dar as costas à realidade é, ao mesmo tempo, retirar-se da comunidade humana.

No caso, as instituições oferecem por meio do consumo uma possibilidade parcial de fuga e, no caso, forma uma comunidade virtual paralela. Pela disponibilidade, deparam-se com postagens em redes sociais que oferecem exatamente o necessário para sustentar os elementos ideais da fantasia: paz, tranqüilidade e nostalgia de um período quando a realidade era melhor.

Em suma: podemos realizar uma análise institucional-psicanalítica da seguinte forma: os indivíduos, que previamente possuíam como ideal de Eu certa expectativa de estabilidade e completude sobre si mesmos inconscientemente identificam no Eu uma quebra de coerência. O Super-eu, detentor do Eu idealizado, é o que acusa a incoerência, que por sua vez move o Eu para suprir o desprazer sentido pelo momento adverso. Sendo o consumo o hábito institucionalizado para eficazmente trazer felicidade, os indivíduos passam a buscar produtos que correspondam com as exigências do ideal para recuperar a coerência do Eu. Pela disponibilidade das redes sociais, encontram outros indivíduos que aparentam possuir um estilo de vida que corresponde ao estilo idealizado no Super-eu. Assim, forma-se uma espécie de identificação libidinal com essas figuras que assumem o equivalente ao papel de um líder na psicologia das massas. Pela identificação, os indivíduos se tornam mais suscetíveis às influências desse ideal e passam a emular seu comportamento. Porém, para que essa emulação ocorra, é necessário possuir os mesmos objetos, que assumem o grau de necessários para poder ter um estilo de vida igual. Dessa forma, percebemos que há conexão e congruência entre o nível institucional e psicológico, tendo em vista que os consumidores anseiam por uma vida ideal e os ofertantes a proporcionam, havendo reforço mútuo na interação entre ambos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos as definições de instinto entre Freud e Veblen, identificando complementaridades nas semelhanças e diferenças entre ambos. Com essa comparação, concluímos que é possível aproximar ambos os autores sem necessariamente incorrer em contradição em seus conceitos básicos. Também vimos como a psicanálise pode oferecer respostas satisfatórias às duas críticas behavioristas apresentadas por Aso & Fiorito (2004), abordando que os instintos podem ser decompostos a instintos primordiais e que como o instinto perpassa a linguagem, que é uma instituição, não está restrito à biologia. Através do destino instintual repressivo, pudemos aprimorar a compreensão da adaptação institucional, deixando em aberto para pesquisas mais aprofundadas as consequências psicológicas e institucionais do ambiente institucional no qual o trabalhador está inserido — ambiente que impõe ao trabalhador exigências potencialmente prejudiciais e em geral não permite a sublimação de instintos agressivos.

Em seguida, apresentamos a estrutura psíquica em Freud e a relação da psicologia das massas com a classe ociosa, elucidando pela perspectiva psicanalítica como ocorre a emulação e como se dá a formação do instinto de *workmanship*. Através de uma ligação libidinal entre o indivíduo e um líder ou instituição, o indivíduo se torna sugestível à imitação e passa a emular, no caso, a classe ociosa. Não necessariamente fazendo parte dela, os grupos produtivos a emulam de forma a internalizar o instinto de *workmanship*. Também vimos que a instituição do totem oferece *insights* sobre a relação de hábitos e regras com pensamentos inconscientes e a ambivalência como formadora de hábitos e regras, em especial em relação aos governantes, que complementa a análise psicológica da classe ociosa. Uma instituição pode surgir a partir de regras inconscientes e as regras institucionais permanecem internalizadas no Super-eu e no Eu inconsciente, o que garante a continuidade da existência ontologicamente subjetiva das instituições. Pela ambivalência, vimos como regras institucionalizadas podem servir como restrições à classe ociosa de forma dialética, fruto do ressentimento da hierarquia na qual ela se assenta. Além disso, pudemos compreender melhor a necessidade da punição das regras, uma vez que o infrator pode se tornar um “tentador”, influenciando o comportamento de outros pela emulação e arriscando a ordem institucional.

Também apresentamos uma possível metodologia de conciliação do nível social e individual utilizando um exemplo de neurose obsessiva. Através dele, identificamos conexão, congruência e possibilidade de integração entre algumas características neuróticas — como a demonstração de superioridade — e a classe ociosa, que permite e potencializa essas características. Depois, realizamos uma crítica metodológica à microeconomia tradicional, ilustrando como a análise institucional-psicanalítica pode ser utilizada. Por fim, utilizamos uma ilustração contemporânea de como o comportamento de consumo pode ser influenciado por instituições com uma leitura psicanalítica, aplicando a metodologia anterior e algumas das demais conclusões desse trabalho.

Entretanto, este trabalho não foi livre de dificuldades. O debate das possibilidades de integrar a psicanálise com a sociologia é extenso e abrange uma literatura mais vasta. Podemos citar aqui os neofreudianos e Theodor W. Adorno. Já do lado da economia institucional, reconhecemos que o tratamento dado aqui não foi amplo o suficiente para tratar de toda a diversidade de autores institucionalistas. Além disso, não abordamos um dos principais intérpretes de Freud: Jacques Lacan. Ou seja, disso concluímos que há espaço para pesquisas futuras, estendendo para os autores mencionados. Também é válido compreender melhor a relação da linguagem com o inconsciente e suas implicações institucionais, além de refinar uma metodologia para análises institucionais.

Em suma, concluímos que a psicanálise de fato acrescenta argumentos coerentes para a economia institucional e pode ser uma psicologia interessante para promover pesquisas interdisciplinares. Além de contribuições teóricas, o método psicanalítico pode contribuir com sua prática de investigação de motivações e hábitos que estão além da percepção do sujeito. Com essa investigação, é possível identificar os motivos desses comportamentos e pensamentos e, por conseguinte, transformá-los.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, J.. The psychology in the beginning of the Original Institutional Economics: how Freud's insights can complement Veblen's theory. In: **Congresso Brasileiro de História Econômica**, 2011, Curitiba. IX Congresso Brasileiro de História Econômica e 10ª Conferência Internacional de História de Empresas. Curitiba, 2011. v. X.
- ASSO, F. & FIORITO, L. Human Nature and Economic Institutions: instinct psychology, behaviorism and the development of American institutionalism. **Journal of the History of Economic Thought**, Volume 26, Number 4, 2004.
- AYRES, C. E. The Co-Ordinates of Institutionalism. **The American Economic Review**, 41(2), 47–55, 1951.
- COMMONS, J. R. (1931) Economia institucional. In: SALLES, A. O., HUASCAR, F. P. & FERNANDEZ, R.G. **Economia institucional: fundamentos teóricos e históricos**. São Paulo, SP: Editora Unesp, 2017.
- COUTINHO, Mariana. Conheça a Dark Academia, nova estética que é moda entre os jovens do TikTok. **O Globo**, 20 de out. de 2020. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/ela/gente/conheca-dark-academia-nova-estetica-que-moda-entre-os-jovens-do-tiktok-24687842>>. Acesso em: 12/08/2022.
- CRAWFORD, S. E. S., & OSTROM, E. (1995). A Grammar of Institutions. **American Political Science Review**, 89(03), 582–600, 1995.
- CRUZ-E-SILVA, Victor; CAVALIERI, M. A. R (2021). A coherentist defense of economics as an interdisciplinary social science. **Journal of Economic Issues**, v. 55, p. 820-836, 2021.
- DOSTOIÉVSKI, F. Memórias do subsolo. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2020.
- EDIE, L. D. Principles of the new economics. New York: Thomas Y. Crowell Company, 1922.
- FONSECA E. R. PSQUIISMO E VIDA: SOBRE A NOÇÃO DE TRIEB NAS OBRAS DE FREUD, SCHOPENHAUER E NIETZSCHE. CURITIBA: EDITORA UFPR, 2012.
- FOURCADE, Marion; OLLION, Etienne; Algan, Yann. The Superiority of Economists. **Journal of Economic Perspectives**, 29(1), 89–114, 2015.
- FREUD, S. (1900). A interpretação dos sonhos. In: *Obras completas volume 4: A interpretação dos sonhos (P. C. de Souza, Trad)*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2010.

FREUD, S. (1905). O chiste e sua relação com o inconsciente. In: *Obras completas volume 7: O chiste e sua relação com o inconsciente* (P. C. de Souza, Trad). São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2010.

FREUD, S. (1910). Uma recordação de infância de Leonardo da Vinci. In: *Obras completas volume 9: Observações sobre um caso de neurose obsessiva ["O homem dos ratos"], Uma recordação de infância de Leonardo da Vinci e outros textos* (P. C. de Souza, Trad). São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2010.

FREUD, S. (1913a). O interesse da psicanálise. In: *Obras completas volume 10: "o caso Schreber" e outros textos* (P. C. de Souza, Trad). São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2010.

FREUD, S. (1913b). A predisposição à neurose obsessiva. In: *Obras completas volume 10: "o caso Schreber" e outros textos* (P. C. de Souza, Trad). São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2010.

FREUD, S. (1912-1913). Totem e tabu. In: *Obras completas volume 11: Totem e Tabu, contribuição à história do movimento psicanalítico e outros textos* (P. C. de Souza, Trad). São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2010.

FREUD, S. (1914). Contribuições à história do movimento psicanalítico. In: *Obras completas volume 11: Totem e Tabu, contribuição à história do movimento psicanalítico e outros textos* (P. C. de Souza, Trad). São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2010.

FREUD, S. (1915a). O inconsciente. In: *Obras completas volume 12: Introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos* (P. C. de Souza, Trad). São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2010.

FREUD, S. (1915b). Os instintos e seus destinos. In: *Obras completas volume 12: Introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos* (P. C. de Souza, Trad). São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2010.

FREUD, S. (1915c). A repressão. In: *Obras completas volume 12: Introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos* (P. C. de Souza, Trad). São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2010.

FREUD, S. (1916). Conferências introdutórias à psicanálise. In: *Obras completas volume 13: Conferências introdutórias à psicanálise* (P. C. de Souza, Trad). São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2010.

FREUD, S. (1918). História de uma neurose infantil. In: *Obras completas volume 14: História de uma neurose infantil ["O homem dos lobos"], Além do princípio do prazer e outros textos* (P. C. de Souza, Trad). São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2010.

FREUD, S. (1920). Além do princípio do prazer. In: *Obras completas volume 14: História de uma neurose infantil ["O homem dos lobos"], Além do princípio do prazer e outros textos* (P. C. de Souza, Trad). São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2010.

- FREUD, S. (1921). *Psicologia das massas e análise do Eu*. In: *Obras completas volume 15: Psicologia das massas e análise do Eu e outros textos* (P. C. de Souza, Trad). São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2010.
- FREUD, S. (1923). *O Eu e o Id*. In: *Obras completas volume 16: O Eu e o Id, "Autobiografia" e outros textos* (P. C. de Souza, Trad). São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2010.
- FREUD, S. (1930). *O mal-estar na civilização*. In: *Obras completas volume 18: O mal-estar na civilização, Novas conferências introdutórias e outros textos* (P. C. de Souza, Trad). São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2010.
- FREUD, S. (1933). *Novas conferências introdutórias*. In: *Obras completas volume 18: O mal-estar na civilização, Novas conferências introdutórias e outros textos* (P. C. de Souza, Trad). São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2010.
- GRUCHY, Allan G. (1968) Neoinstitutionalism and the economics of dissent.
- HALL, Amelia. Why is 'cottagecore' booming? Because being outside is now the ultimate taboo. **The Guardian**, 15 de abril de 2020. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/commentisfree/2020/apr/15/why-is-cottagecore-booming-because-being-outside-is-now-the-ultimate-taboo>>. Acesso em: 12/08/2022.
- HODGSON, G. M. The ubiquity of habits and rules. **Cambridge Journal of Economics**, Volume 21, Issue 6, November 1997, p. 663–684, 1997.
- HODGSON, G. M. Reclaiming habit for institutional economics. **Journal of Economic Psychology**, 25(5), p. 651–660, 2004.
- HODGSON, G. M. (2006). O que são instituições? In: SALLES, A. O., HUASCAR, F. P. & FERNANDEZ, R.G. *Economia institucional: fundamentos teóricos e históricos*. São Paulo, SP: Editora Unesp, 2017.
- HODGSON, G. M. On defining institutions: rules versus equilibria. **Journal of Institutional Economics**, 11(03), p. 497–505, 2015.
- MIROWSKI, Philip. Physics and the 'marginalist revolution'. **Cambridge Journal of Economics**, 8, p. 361-379, 1984.
- REGGEV, Kate. What Exactly Is Cottagecore and How Did It Get So Popular? **Clever**, 21 de out. de 2020. Disponível em: <<https://www.architecturaldigest.com/story/what-exactly-is-cottagecore>>. Acesso em: 12/08/2022.
- SALLES, A. O. & CAMATTA, R. B. Para além do consumo conspícuo. In: SALLES, A. O., HUASCAR, F. P. & FERNANDEZ, R.G. **Economia institucional: fundamentos teóricos e históricos**. São Paulo, SP: Editora Unesp, 2017.

SCHNEIDER, L. (1948). **The Freudian Psychology and Veblen's Social Theory**. New York: Kessinger Legacy Reprints, 2010.

SEARLE, J. R. What is an institution? **Journal of Institutional Economics**, 1(1), p. 1–22, 2005.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2000. Publicado originalmente em: 1961.

MAYHEW, A. (1987). O início do institucionalismo. In: SALLES, A. O., HUASCAR, F. P. & FERNANDEZ, R.G. **Economia institucional: fundamentos teóricos e históricos**. São Paulo, SP: Editora Unesp, 2017.

MEZAN, Renato. **Freud, pensador da cultura**. São Paulo, SP: Companhia das Letras; 4ª edição, 2005.

NEALE, W. (1987). Instituições. In: SALLES, A. O., HUASCAR, F. P. & FERNANDEZ, R.G. **Economia institucional: fundamentos teóricos e históricos**. São Paulo, SP: Editora Unesp, 2017.

CARPEUX, O. M. **História da literatura ocidental**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2008.

VARIAN, Hal R. **Microeconomia - Uma Abordagem Moderna**. Rio de Janeiro, RJ: GEN Atlas; 9ª edição, 2015.

VEBLEN, T. (1899) **The Theory of the Leisure Class**. New York: Oxford University Press, 2007.

VEBLEN T. (1914) **The Instinct of Workmanship and the State of the Industrial Arts**. Cosimo Books, 2006.

WITTE, Edwin E. Institutional Economics as Seen by an Institutional Economist. **Southern Economic Journal**, p. 131-140, 1954.